

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 18 dias do mês de novembro de 2019, as 18 horas, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através do decreto nº 7.535, de 26 de abril de 2019, além do Diretor Administrativo Financeiro Douglas H. Municelli e o Diretor Presidente André Breda para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer que a integra das reuniões do Conselho Administrativo está disponível em meio eletrônico no canal no Youtube do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) e no site do Instituto [pauliprev.sp.gov.br](http://pauliprev.sp.gov.br), a qual todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada a ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessa gravação. Todos os atos ocorridos na reunião encontram-se registados em referida mídia, a qual deverá ser consultada para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pauta do dia:

1. Aprovação das Atas da reunião ordinária do Conselho Administrativo e da reunião extraordinária conjunta dos Conselhos Administrativo e Fiscal, realizadas em 04/11/2019;
2. Deliberação sobre as prorrogações dos contratos de locação de computadores e manutenção no sistema de ar condicionado do Instituto, de acordo com os documentos previamente encaminhados aos conselheiros;
3. Deliberação sobre a política de investimentos, conforme apresentação realizada na reunião de 04/11/2019;
4. Apresentação do relatório gerencial quadrimestral.

A presidente do Conselho Administrativo Sandra inicia a reunião colocando em deliberação o **item 01**, perguntando sobre a atas das reuniões do dia 04 de novembro que foi enviada anteriormente por e-mail e pelo grupo do WhatsApp para todos os conselheiros, se alguém tem algum adendo para fazer na ata da reunião ordinária. Sem questionamentos foi aprovado por unanimidade.

Da reunião extraordinária colocou em deliberação e explicou o motivo de estar faltando algumas falas, e talvez quando alguém for pegar a ata no site para ler saber o que foi discutido pode perceber isso.

Fábio justificou para todos que algumas discussões ficaram comprometidas na hora de transcrever porque falam muitas pessoas juntas e não consegue ver



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

quem é que está falando, mas que no cerne da questão que foi discutida na reunião está de acordo com o assunto que foi pautado.

Nara pergunta se pode ser acrescentado algo na ata. Sandra pergunta se ela tem o que quer que seja acrescentado, Nara diz que não. Sandra sugere que podemos deixar essa ata para a próxima reunião, o que não foi aprovado.

Sirlene fala que também conversou com Fabio e entendeu e que o assunto não era relevante para a transcrição; o objetivo e o assunto da reunião estavam corretos na ata. Sem mais questionamentos a ata da reunião extraordinária foi colocado em deliberação e aprovada por unanimidade.

Iniciando o **item 02**, Sandra salienta que os termos de referências dos contratos a serem prorrogados foram enviados com antecedência para todos e que também estão disponíveis na mesa de reunião.

Sobre a cotação do fornecimento diário por meio de correio eletrônico e website boletim de publicações de interesse do Instituto, e o menor preço foi da Grifon Brasil Assessoria Ltda. – EPP, inscrita no CNPJ: 21.129.497/0001-12 no valor de R\$ 1.560,00 pelo período de 12 meses.

André explica para quem assiste pela primeira vez, aqueles gastos que superam R\$ 1.000,00 mesmo estando dentro daquela margem de valores que nós podemos gastar por mês de até R\$ 8.000,00 dispensado da autorização do Conselho, que é uma coisa que já vem do Conselho anterior, costuma dar publicidade para o Conselho, e encaminha para os grupos para que todos tenham conhecimento. No caso da Grifon que inclusive conseguimos uma redução de valor em relação ao contrato anterior, até o Fábio fez a parabenização para o pessoal do departamento de compras porque houve uma redução, e o caso das persianas que era uma necessidade, mas esses eram para conhecimento. O que a gente precisa aprovar são os dois aditamentos de contratos de prorrogação que são aqueles valores maiores, que é da central de ar condicionado condicionador de ar e da locação de computadores.

Sandra apresenta o termo aditivo do contrato 07/2018 com a empresa D. B. ROZZI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.143.120/0001-18, de manutenção corretiva e preventiva de 08 aparelhos de ar-condicionado, com reajuste de 2,89% acumulado de 12 meses, resultando no valor de R\$ 10.498,78 com parcelas mensais de R\$ 874,56. Colocado em deliberação esse item foi aprovado por unanimidade.

O termo de aditamento do contrato 06/2018 com a empresa A2 WORKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.121.167/0001-61, de para prestação de serviços de locação e manutenção de equipamento de informática, com reajuste de 2,89% acumulado de 12 meses, passando o valor global do contrato para R\$ 93.341,80, com parcelas mensais de R\$ 7.778,48 por 12 meses. Sandra esclarece que o contrato não se trata só dos computadores,



Handwritten signatures in blue ink, including names like Sandra, Fábio, and others, located on the right side of the page.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

temos também servidor rack e Fabio lembra que todos os equipamentos possuem licença de uso originais. Item colocado em deliberação foi aprovado por unanimidade.

Sirlene também fala que esse é o melhor meio para itens de informática, pela evolução, custo e manutenção dos equipamentos.

A servidora inativa Eliete fala que foi na gestão em que ela participava que foi aprovado esse contrato, levando em conta o custo, necessidade e disponibilidade. Pergunta para André se tem algum item no contrato para medir se o equipamento está obsoleto para solicitar a substituição.

André fala que no contrato não está mencionado esse item, mas que temos um profissional concursado na área de tecnologia que dá manutenção no sistema, que avalia isso e que acompanha as necessidades de evolução e necessidade dos sistemas.

Sandra salienta que são 28 computadores completos, 01 ultrabook, 01 nobreak e 01 servidor de dados que contempla o contrato com suas especificações. Também fala que ao final do contrato da Fipe os equipamentos utilizados por eles vão ficar para o Instituto. Item aprovado por unanimidade.

Iniciando o **item 03**, sobre a Política de Investimentos conforme a apresentação realizada na reunião anterior pelo Ronaldo, endossando o que o Douglas já havia trazido uma primeira discussão. Também foi enviado por e-mail e WhatsApp a minuta e se alguém quer fazer alguma colocação se pode colocar em deliberação. Nara cita algumas considerações na escrita, não exatamente sobre a política, mas sobre a minuta que tem algumas ponderações.

No início vai colocar a data da aprovação pelo Conselho Administrativo até aí tudo bem, vamos aprovar a Política de Investimentos. A minuta talvez ela tem que ser revista ou modificada então talvez essa data inicial tem que modificar, ficou com a data de hoje ou também não é uma necessidade.

No item 3 quando fala de gestão previdenciária só lembrando que poderia ser um adendo dentro de um anexo e também não precisa ser agora é uma sugestão porque falam muito da necessidade de acompanhar o Pró-Gestão e nós não temos por exemplo um cronograma de como é que a gente vai atingir os próximos passos para a gente atingir o próximo nível. Mas eu vejo Breda aí é uma pessoa mais do da Diretoria Executiva apresentar isso para nós e de repente lá na frente anexar isso na Política de Investimento.

Douglas explica que isso é dentro do planejamento estratégico estratégia e não da Política de Investimentos.

André salienta que a certificação por níveis do Pró-Gestão ela só afeta a Política de Investimentos na forma de percentual de investimentos, e se for esse o caso o Bruno já está fazendo os levantamentos do que precisamos para o nível 2 e um dos principais impedimentos é o CRP que é judicializado e que já está sendo



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

providenciado junto a Prefeitura. A certificação do Pró-Gestão não faz parte da Política de Investimentos.

Idu salienta que a Política de Investimentos está bem-feita e que começa a valer a partir de 01 de janeiro de 2020 e podemos a qualquer momento fazer as alterações necessárias. Explica também junto com Sandra que hoje estamos discutindo Política de Investimentos e não Pró-Gestão que pode ser discutido em outro momento.

Sandra lembra que quando é aberto discussão para itens de pauta esse seria um caso. Apesar da Política de Investimento sofrer alteração quando alcançamos níveis do Pró-Gestão não cabe essa discussão agora porque é direcionado a Política de Investimentos, nos foram apresentados duas vezes na sua essência; essas coisas administrativas elas cabem muito bem em um segundo momento, quais são as informações necessárias, o que que significa para a gente atingir o nível 2 do Pró-Gestão, o que o Conselho pode fazer para que isso aconteça, porém neste momento é a deliberação da minuta que foi enviada.

Nara fala que no item 4, sobre o Comitê de Investimentos não ter os nomes e a certificação dos membros.

Douglas salienta que não necessidade de colocar os nomes porque pode modificar, por isso coloca o número da portaria.

Idu explica para Nara que a Política de Investimento é elaborada e aprovada pelo Conselho, seguindo a resolução 3922 da CVM.

Nara sugere que coloque na Política de Investimentos que é esboçada pelo Comitê de Investimentos junto com a assessoria de investimentos e deliberada pelo Conselho Administrativo.

Douglas esclarece que o Comitê é somente consultivo.

Nara volta a dizer que a Política de Investimento feita pelo Conselho Administrativo e aprovado pelo Conselho Administrativo e sugere uma mudança por que na prática a Diretora, Comitê e Assessoria, colocaria exatamente dessa maneira que é a realidade e vem para o para nós deliberarmos e que não vê problema em dividir essa responsabilidade que da maneira que está administrativamente o Conselho responde parece que sozinho .

André salienta que nas últimas reuniões chegou-se à conclusão que precisamos fazer algumas adequações em nossa Legislação e nós estamos seguindo a Lei hoje. Em relação a divisão de responsabilidade, a confecção da Política de Investimentos é um padrão, é onde que nós vamos ser responsabilizados no efetivo investimento e essa decisão ela já é colegiada entre o Comitê, Diretoria Financeira, Diretoria Executiva e o e Conselho de Administração, fiscalizado pelo Conselho Fiscal. Essa distribuição de responsabilidades ela já existe na prática.

Fabio salienta que a Política de Investimentos está. balizada pela Lei Municipal 69/2018, a portaria MPS 440/2013 e pela Lei Federal 13.846 de 2018.



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

Sirlene fala que também leu e não achou o item relevante e que participamos de duas reuniões onde também poderia ter sido discutido sobre o item.

Erik fala que a Política foi apresentada para todos e que nós vamos deliberar e a interpretação de uma frase que vai causar problemas.

Ligian fala também que a Política de Investimentos é um padrão que seguimos e o que pega é aplicação e a responsabilidade é de todos.

Nara fala sobre a responsabilidade jurídica. André fala que a responsabilidade jurídica não vai ser definida na Política de Investimentos.

Nara fala que é uma sugestão de mudança redação a gente pode ou não deixar do jeito que está, outra dúvida é quando fala de Gestão de Risco ficou algumas coisas que considerou em aberto de que tem que ser feito alguns documentos de controle interno para então o Comitê de Investimento poder fazer seguindo aqueles moldes.

Douglas explica que isso é para os fundos que serão investidos e é realizado.

Além disso Fabio fala também que existe o credenciamento que ajuda a sanar muitas dessas questões.

Douglas salienta que todas as informações estão na lâmina dos fundos de investimentos.

Sirlene pergunta se o Comitê quando se reúne verifica todas essas informações. Bruno e Douglas confirmam que sim.

Fabio lembra que essas informações sobre os fundos são apresentadas também no relatório gerencial.

Idu questiona se Nara tem alguma coisa pronta para fazer as mudanças sugeridas, Nara diz que no momento não.

Sandra coloca em deliberação a mudança do texto sugerido por Nara. Reprovado por Fabio, Idu, Edson e Erick. Aprovado por Nara e uma abstenção da Sirlene. O texto se mantém como apresentado.

Idu fala que se Nara tivesse lido no final da Política de Investimentos todas as sugestões dela já estão redigidas.

Fabio cita que também enviou uma sugestão por e-mail para uma próxima Política de Investimentos sobre a aprovação de investimentos pelo Comitê, comunicando o Conselho para aproveitar o momento do mercado e conseguir maiores retornos. Sandra sugere quando ocorrer isso pode convocar uma reunião extraordinária. Sirlene salienta que devido a explanação do Idu aprova o texto da forma sugerida.

Em deliberação a Política de Investimentos conforme minuta enviada anteriormente por e-mail e WhatsApp. Foi aprovada por unanimidade.

Bruno inicia o **item 04**, apresentação do Relatório Gerencial do 3º e 4º Bimestre de 2019, disponível também no site do Instituto. Essa apresentação de forma mais reduzida para o Conselho (Relatório Gerencial anexo).

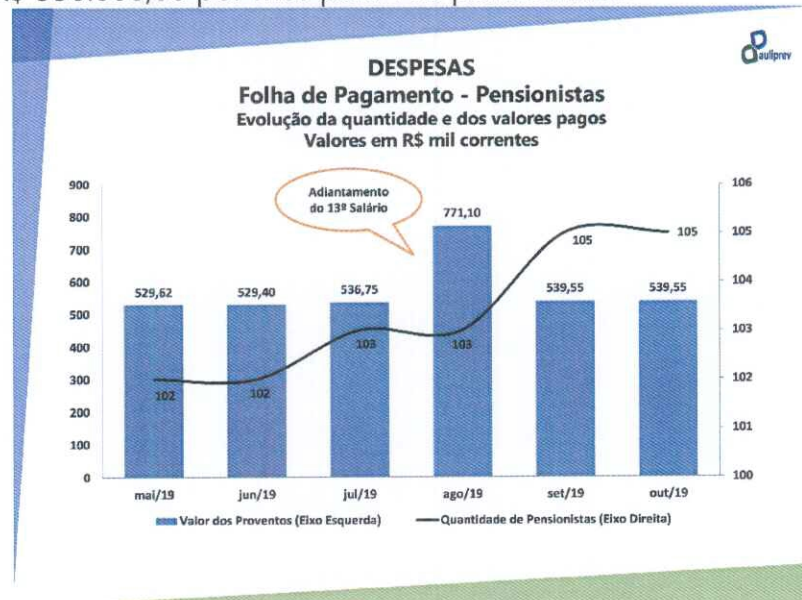


Relacionado a folha de pagamento.



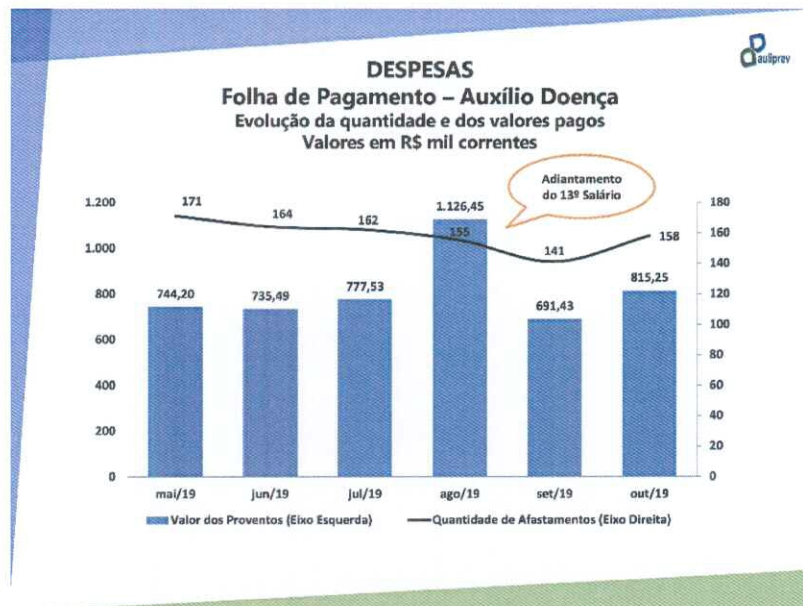
Demonstra a evolução de maio até outubro para comparação e tendência, saindo de 1.090 para 1.151 aposentados, o valor médio da folha é de R\$ 8.000.000,00 a R\$ 9.000.000,00 por mês.

Sobre os pensionistas também segue a mesma tendência, com uma despesa média de R\$ 550.000,00 por mês para 105 pensionistas.

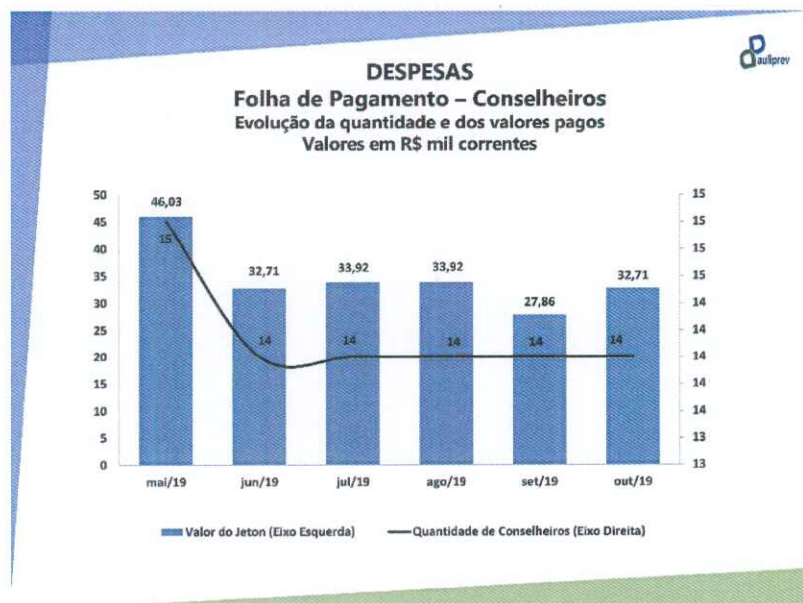


Sobre o auxílio doença gira em torno de R\$ 750.000,00 por mês, alguns meses tem oscilação, mas fica dentro da média, junto com os afastamentos.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ida', 'Jo', 'Lalo', and 'Sue']*

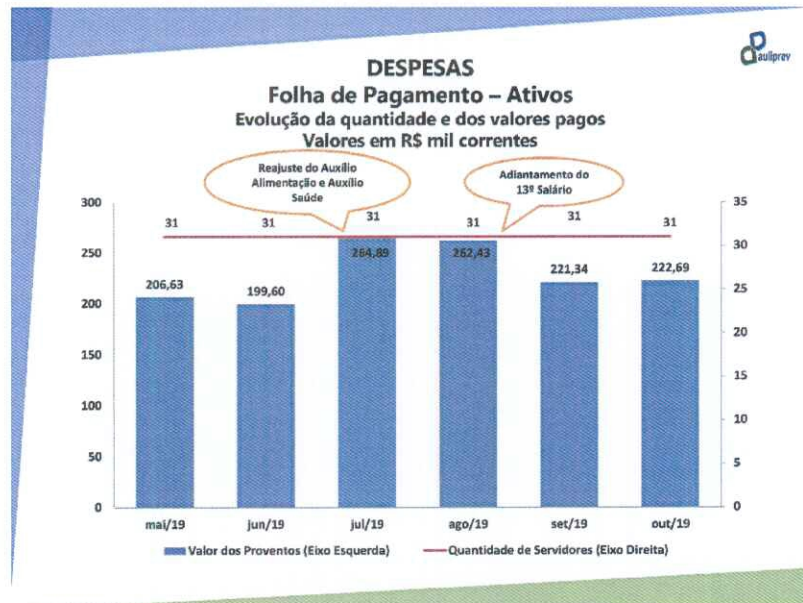


As despesas com Conselhos é um número constante. O que pode acontecer de um mês ou outro por causa da data da folha de pagamento.

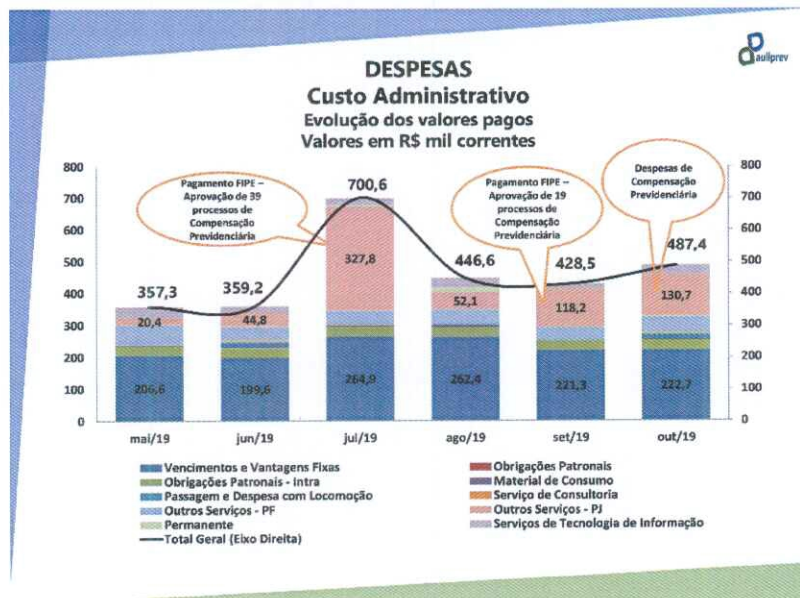


Sobre a folha de pagamento dos servidores ativos do PauliPrev gira em torno de R\$ 220.000,00 por mês. Em julho e agosto teve um reajuste por causa do reajuste do auxílio alimentação e auxílio saúde e foi feito de forma retroativa.

*[Handwritten signatures in blue ink]*



Do custeio administrativo temos os valores por mês e discriminado pelas principais despesas, entre elas folha de pagamento, contratos e fornecedores. Entre maio e junho a média era de R\$ 350.000,00 por mês, em julho a despesa praticamente duplicou pelo motivo de pagamento da Fipe em função da aprovação de 39 processos de COMPREV, em contra partida temos as receitas em função da compensação previdenciária. Em setembro também teve um aumento em razão de 19 processos aprovados. Em outubro tivemos uma despesa de COMPREV reversa, transferimos dinheiro para o INSS referente a aposentadorias que se deu pelo INSS e que teve um período de contribuição do PauliPrev.



*[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin]*



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

Sandra aproveita e pergunta sobre o treinamento dos funcionários do Instituto oferecido pela Fipe, lembrando que o contrato vence em fevereiro de 2020.

Douglas explica que temos um analista só cuidando disso, mas precisa ter processos novos para praticar, e que esses são somente os estoques. Também está juto com outros Institutos compartilhando experiência para poder dar andamento paralelamente sem custo.

Sandra fala que acha complicado uma pessoa só. Douglas cita que tem outra pessoa para assumir se precisar.

A servidora inativa Marcia Ambrosine questiona se há possibilidade de renovação do contrato. André diz que sim, precisamos sentir se conseguimos ter sucesso na compensação, entende todo o desgaste junto a Fipe, não sabe como foi feito o processo, não estava no Instituto a época, e que podemos afirmar é que antes da Fipe não havia compensação previdenciária no PauliPrev. A Fipe representa hoje 1% de custo para essa compensação previdência, o custo benefício não acha que seja ruim, embora questione os valores que são pagos, até que a gente tenha certeza que a gente possa abrir mão da Fipe, que hoje não tem essa certeza por vários motivos que já foi discutido, acha que temos que tratar o assunto com extrema cautela. Lembra também que existe a questão do tempo de prescrição para a compensação.

A servidora inativa Marcia Ambrosine fala que já se passaram dois anos e meio e não temos no quadro de funcionários uma pessoa treinada por eles.

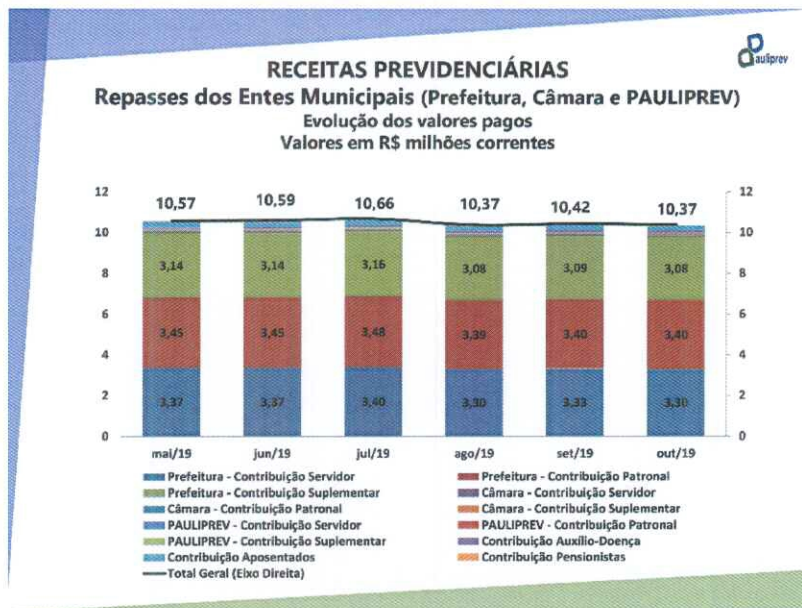
Ligian salienta que eles não vão passar a receita do bolo porque vivem disso, e sugere que no futuro próximo como não vamos pagar mais afastados sobre funcionários para fazer esse trabalho.

Douglas salienta que no Brasil inteiro somos o sétimo Instituto que mais fez compensação previdenciária nos últimos dois anos.

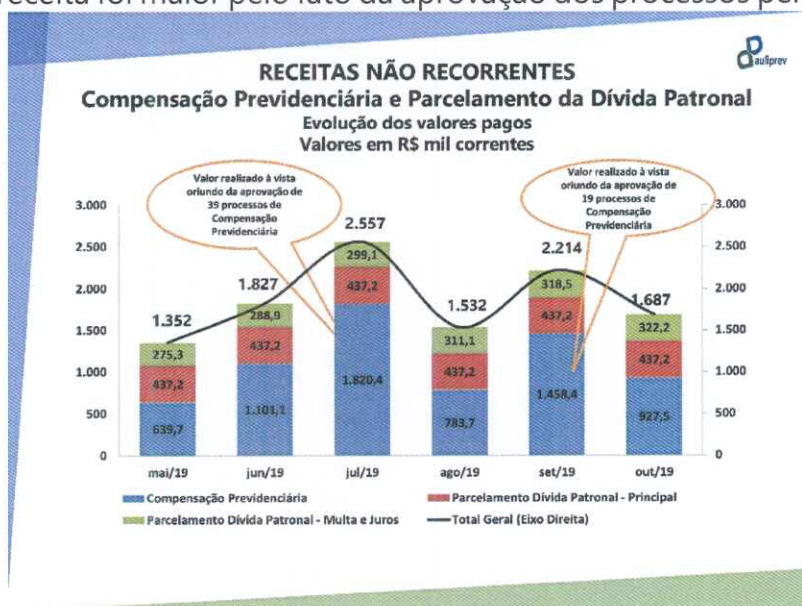
André diz para analisarmos pelo outro lado, eles tiveram dois e meio para fazer o treinamento e nós temos pessoas treinadas que sabem fazer o processo de compensação, tentaram fazer e não obtiveram sucesso. Temos que analisar a situação de quanto que nós perdemos de dinheiro por não ter a Fipe; e vamos ter um pouco de critério na maneira como a gente vai tratar a situação.

Bruno volta a apresentação. Sobre as receitas previdenciárias elas tem um padrão bem semelhante, em torno de R\$ 10.000.000,00 por mês, sendo a maior fonte o repasse da Prefeitura.



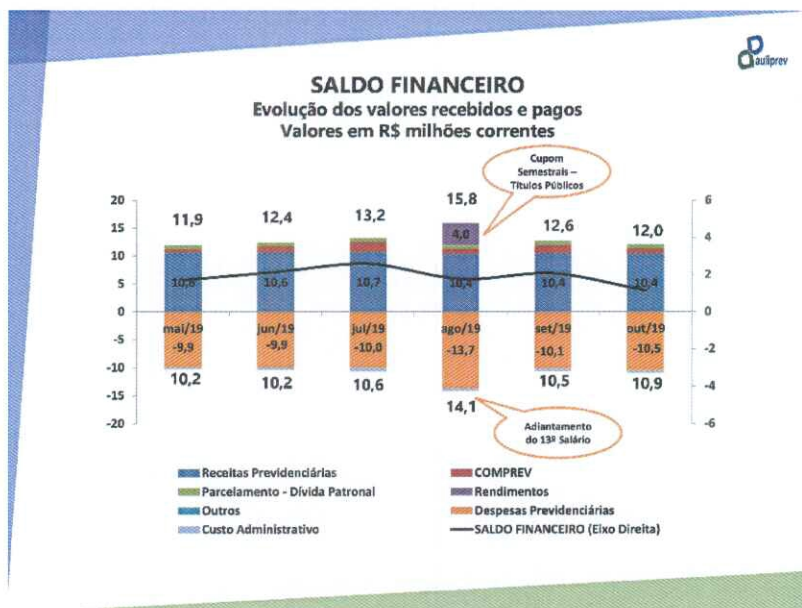


Das receitas não recorrentes como por exemplo do COMPREV e do parcelamento da dívida patronal hoje, mas não podemos prever a regularidade dessas receitas. Em julho a receita foi maior pelo fato da aprovação dos processos pelo COMPREV.

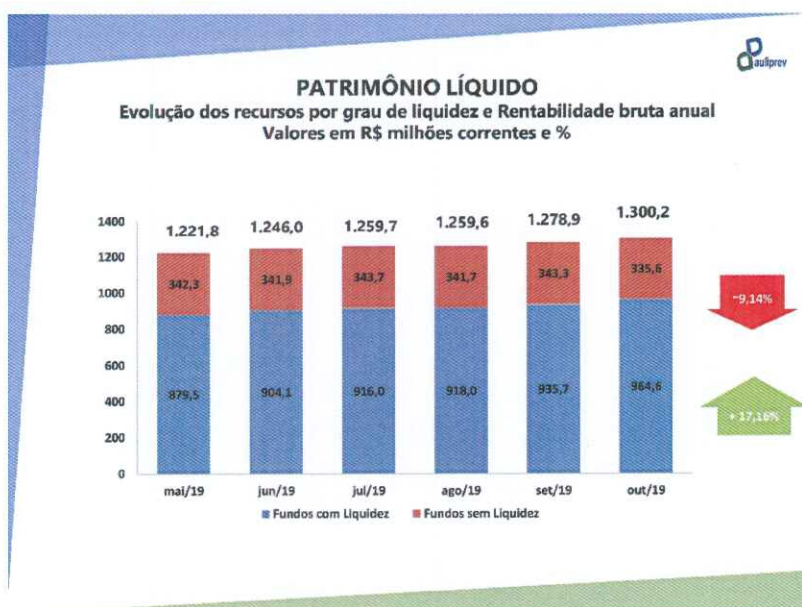


Sobre o saldo financeiro são todas as receitas e despesas do PauliPrev, com um superávit de R\$1.000.000,00 a R\$ 2.000.000,00 por mês.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]*

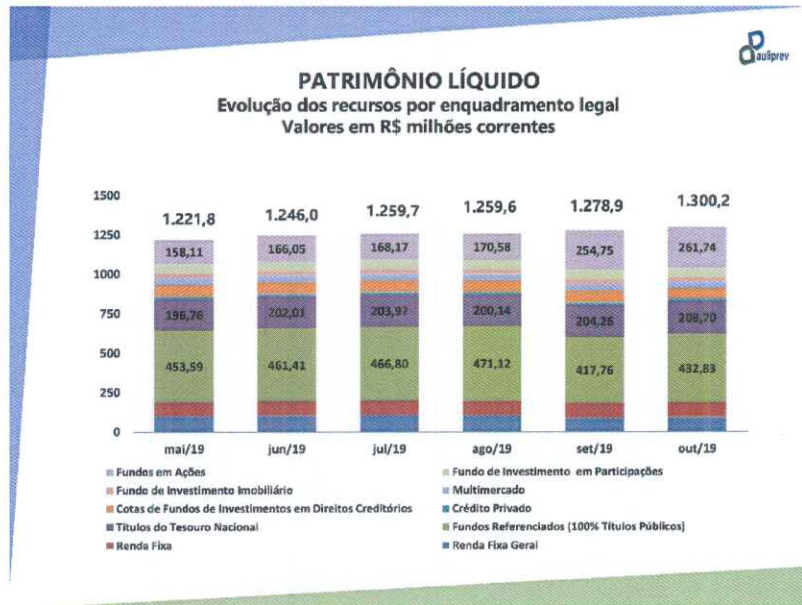


A evolução do patrimônio líquido separado por grau de liquidez, metodologia usada internamente no Instituto que está associado ao prazo de conversão da carteira. Lembrando que todo valor recuperado da parte ilíquida soma a parte líquida, trabalho feito pelo Comitê de Investimentos.

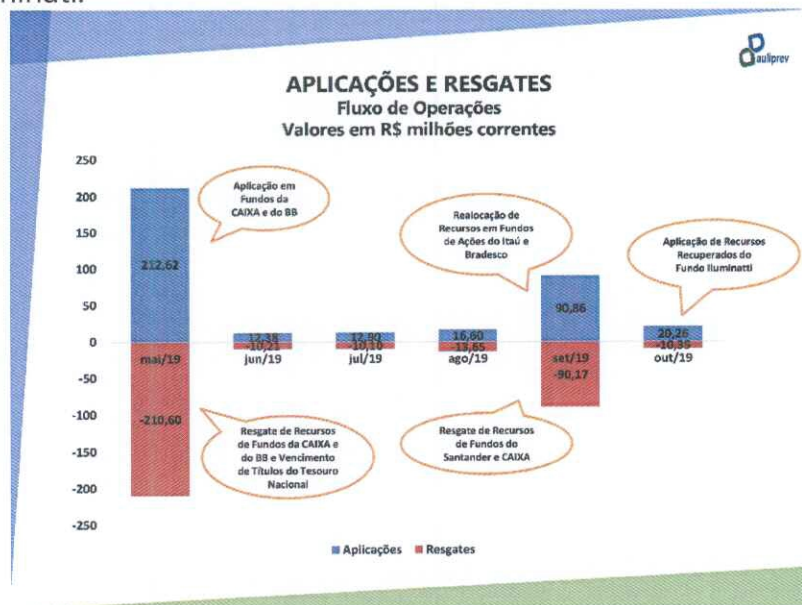


*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ida', 'Fato', and 'Duce']*

Por tipos de investimentos da carteira.



Resumo das APR'S, tudo que aplicou e resgatou, o fluxo se mantém, e quando houve alguma diferença foi por causa das realocações dos investimentos da carteira aprovadas pelo Conselho e da recuperação dos fundos ilíquidos, nesse caso o Illuminati.



Sobre os atendimentos realizados pelo Instituto, Sirlene pergunta como é passado as informações nesses atendimentos, como é oferecido a aposentadoria, paridade, média, se é para todo mundo feito a mesma proposta.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.]*

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA

André explica que o atendimento agendado depende de uma demanda, mas também atende sem ser agendado também. Geralmente quando se faz o pedido de aposentadoria se faz um diagnóstico sobre o processo da aposentadoria e com isso vão ser apresentadas as opções de aposentadorias. Via de regra vai ser apresentada a opção para quem tem direito a paridade e integralidade e paralelamente a opção pela média, ficando a critério do servidor tendo o direito fazer a opção.

Sirlene pergunta qual o critério utilizado para apresentar a opção de aposentadoria para os servidores.

André cita que todo atendimento, o agendado depende de uma demanda, a pessoa vai lá e ela faz uma requisição daquilo que ela quer saber, depende muito da perspectiva. Naturalmente quando você pede aposentadoria vai ser feito um diagnóstico sobre o processo da sua aposentadoria, vão ser apresentadas as suas opções de aposentadoria. Via de regra vai ser apresentada a opção para quem tem direito a integralidade e paridade aquela opção pela integralidade paridade emenda 41 ou 47 paralelamente a opção pela média, algumas pessoas que vão ter a só a opção pela média, ficando a critério do servidor tendo direito fazer opção, tanto é que ele tem que assinar o termo de opção.

Sirlene pergunta que tem a opção pela média, qual critério.

André explica que faz o cálculo para saber, cada pessoa vai ter a sua realidade pessoal, então esse cálculo que é apresentado ele tem um parâmetro, se aposentar pela média das minhas contribuições, e você segue o parâmetro de reajuste do INSS, e quem tem direito a integralidade e paridade via de regras são aqueles servidores que entraram por concurso público até dezembro de 2003, a partir disso todo mundo é média. Aquelas pessoas mais antigas eles vão ter direito a integralidade e paridade paralelamente a média e vão fazer a opção por uma ou por outra.

Nara pergunta daquelas situações que estamos discutindo sobre os apontamentos do Tribunal de Contas e em alguns casos seriam devido a isso indicado aposentadoria pela média, nessas situações ainda continua sendo oferecida as duas ou está sendo oferecido só a média.

André explica que cada caso é um caso, e a discussão no passado é que você colocava salário base mais adicional por tempo de serviço e um monte de penduricarios como o próprio Tribunal trata. Era apresentado e via de regra era mais vantajosa integralidade.

Esse ano depois que nós tivemos reuniões Tribunal de Contas, discussão com a Secretaria de Previdência e então aquelas pessoas que fizeram jus a emenda constitucional 41/2003, elas vão ter a regra da integralidade definido sobre a ótica de que a nossa Lei fala, mais que o Tribunal de Contas aponta uma falha da nossa



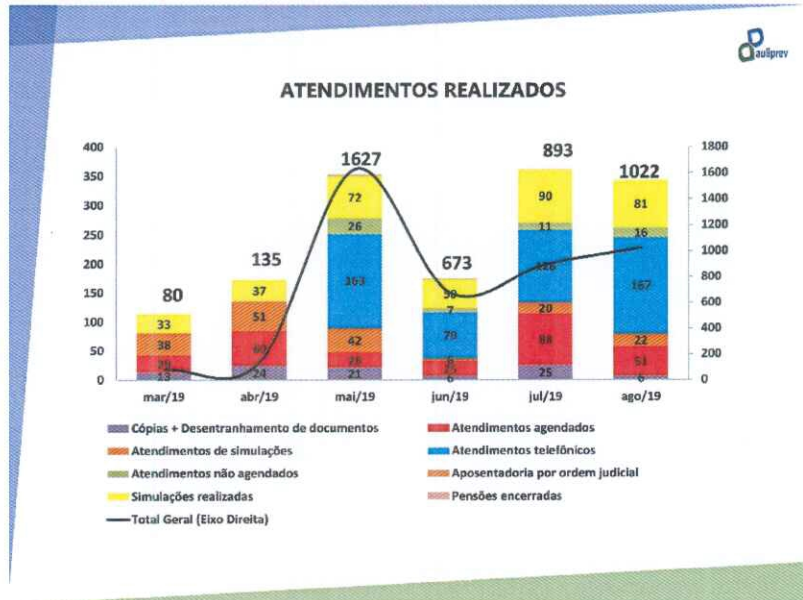
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**

legislação, ou seja, o salário base mais o adicional de tempo de serviço, paralelamente isso a média e ai a pessoa vai ter o diagnóstico real e fazer a opção. Isso passou a ser efetivamente em junho e podem ter certeza que foram equalizados a questão previdenciária, os cálculos são feitos, são apresentados, uns gostam, outro não gostam, mas existe um preceito legal sendo seguido.

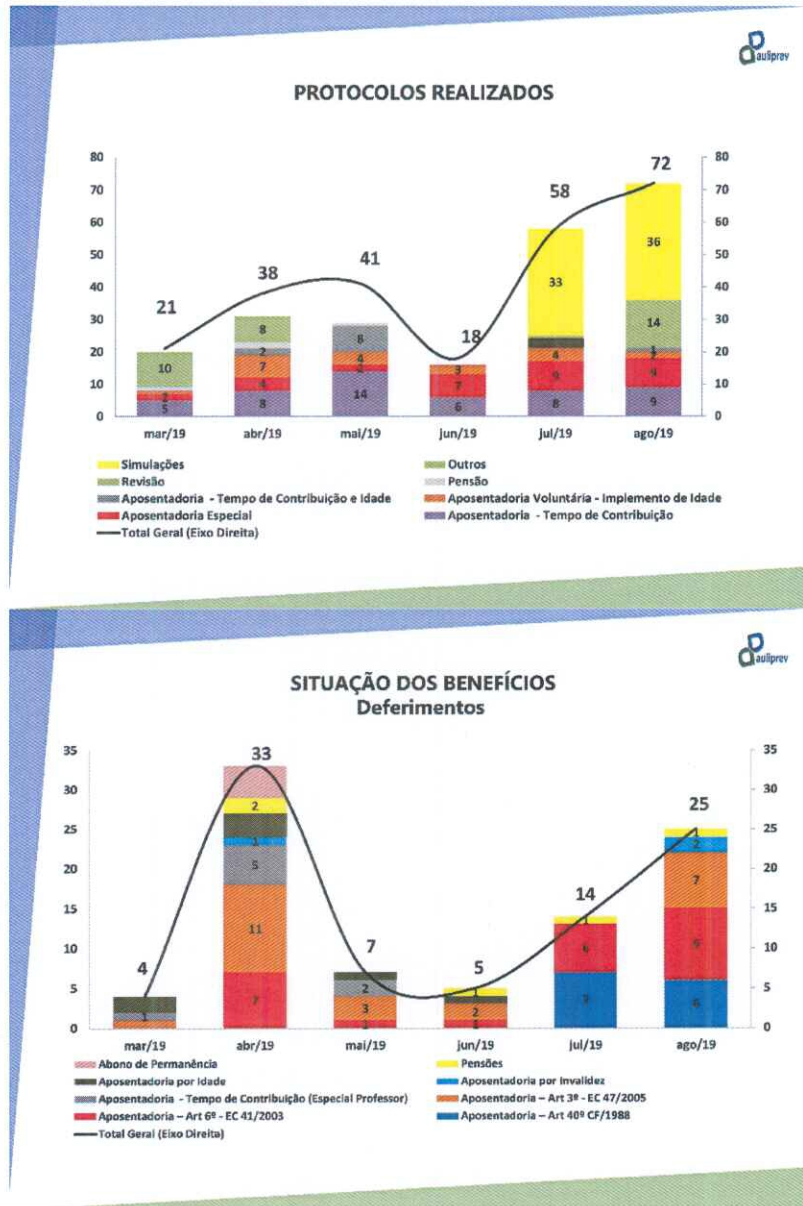
Nara pergunta sobre a questão da migração de 2011.

André explica que nesse caso não está mais sendo apresentado a opção de integralidade e paridade até que tenha um reflexo no Tribunal de Contas porquê de fato se o problema da migração de 2011 fosse o apontamento pela glosa OK; o problema é que o apontamento é pela irregularidade na concessão e nós temos praticamente todos os processos que ainda que não transitaram em julgado sobre o recurso no Tribunal de Contas, e a gente precisa dessa solução do Tribunal de Contas, dessa avaliação, para que a gente retorne. As identificações são negativas até pela sentença das contas de 2016 que saíram.

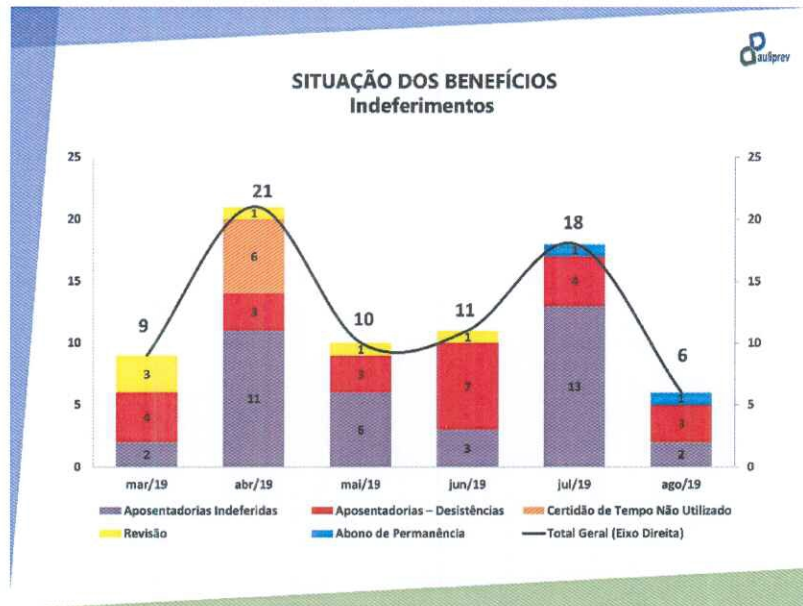
Marcia Ambrosine cita também que várias pessoas da migração retiram o pedido de aposentadoria para aguardar a resolução do que vai acontecer, enquanto isso existe um grupo tentando alterar a Lei para ter a possibilidade de reverter essa situação.



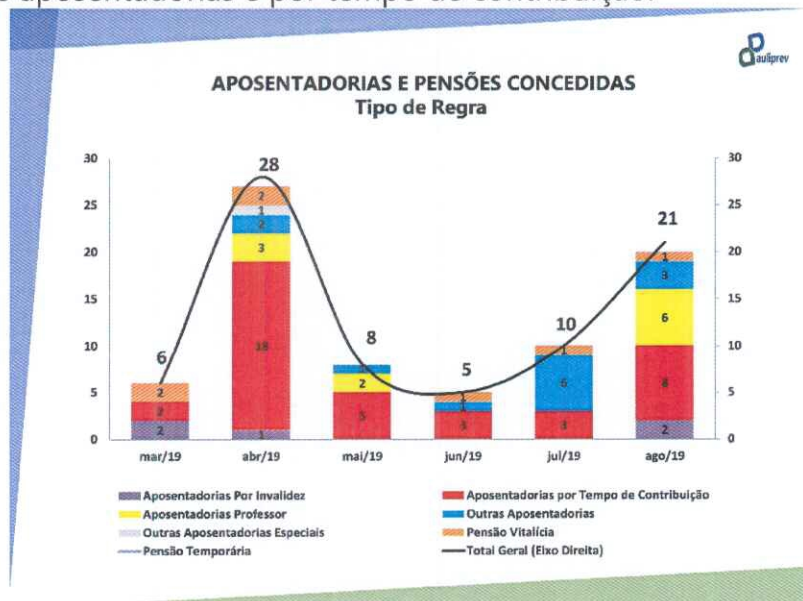
*[Assinaturas manuscritas em azul]*



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



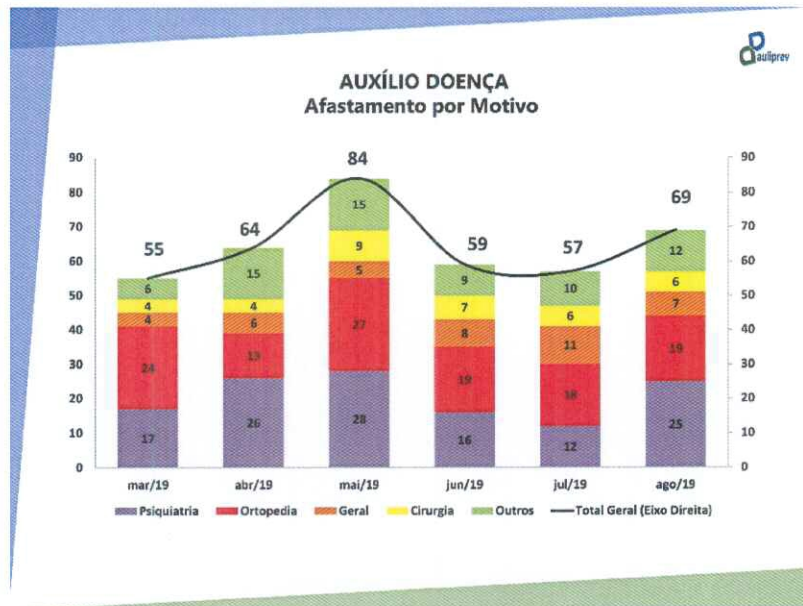
Em relação as aposentadorias concedidas em abril e agosto teve um pico. A maioria das aposentadorias é por tempo de contribuição.



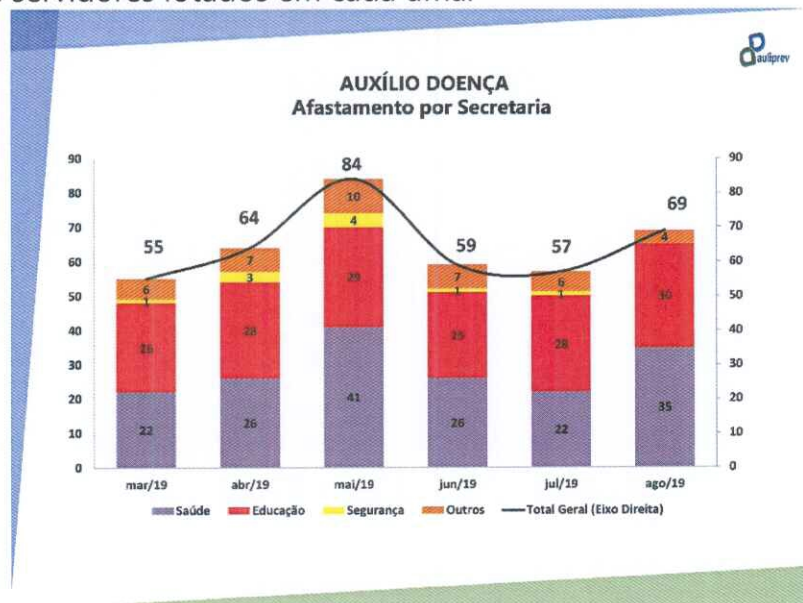
Sobre o auxílio doença temos os motivos conforme apresentação.

*[Handwritten signatures in blue ink]*



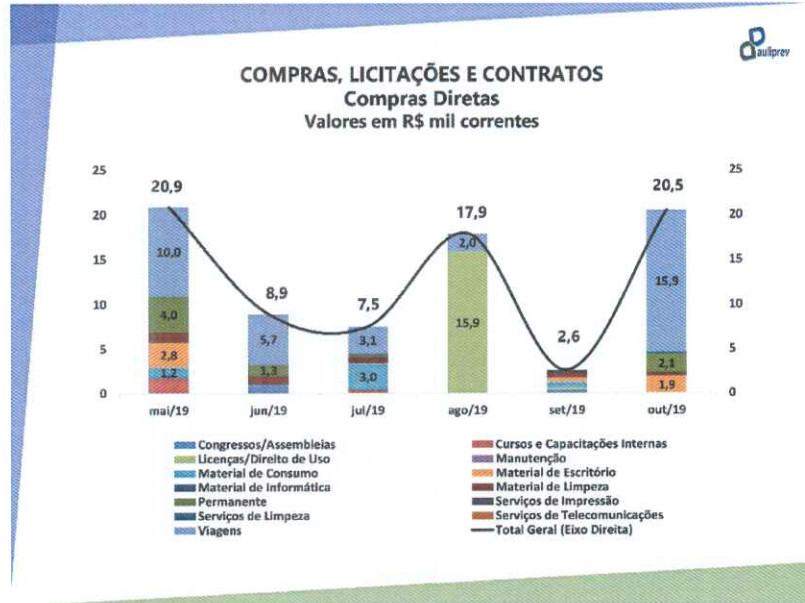


O numero de afastamentos por secretaria, lembrando que é proporcional ao numero de servidores lotados em cada uma.

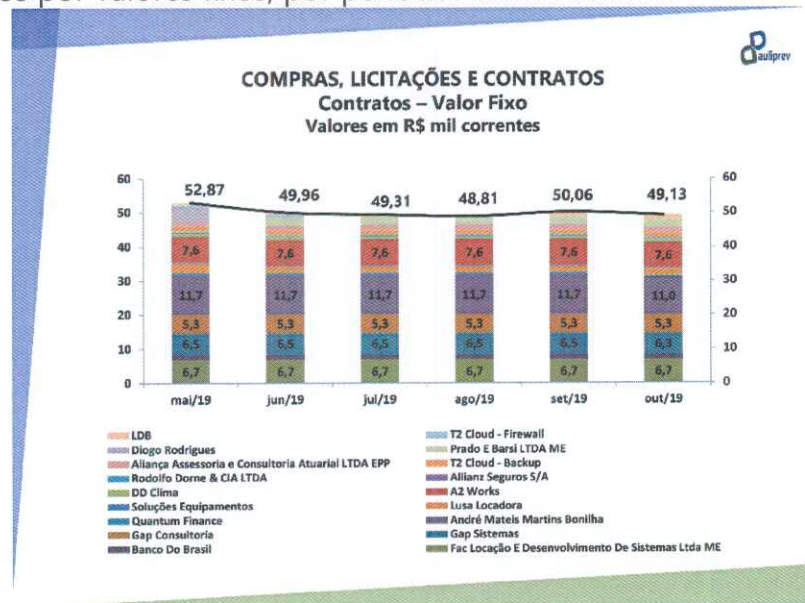


Sobre a Administração temos as compras, contratos e outras despesas para o bom funcionamento do Instituto conforme segue. E alguns meses temos oscilações, devido alguns itens, como por exemplo em agosto um curso para o Jurídico e deslocamento para assembleias.

*(Handwritten signatures in blue ink)*



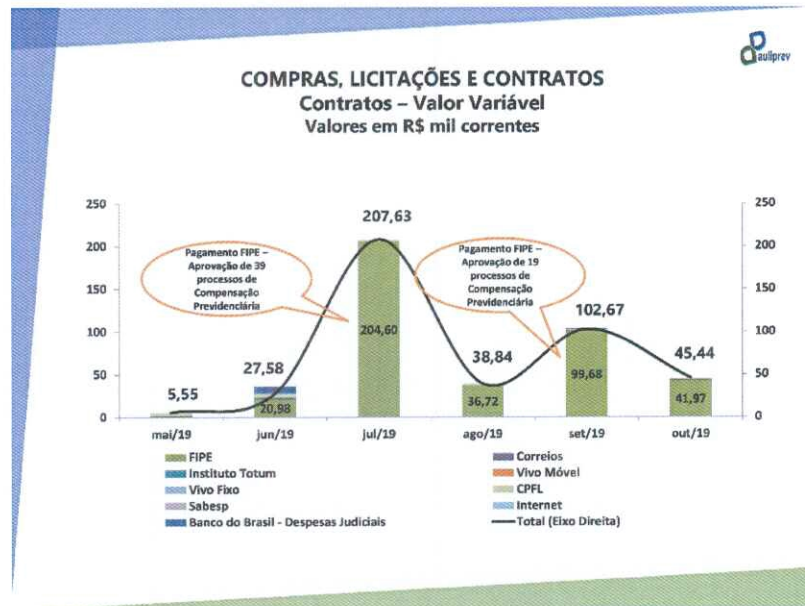
Os contratos por valores fixos, por períodos determinados.



Os contratos com valores variados, sendo o principal o contrato com a Fipe que varia conforme a aprovação de processos.

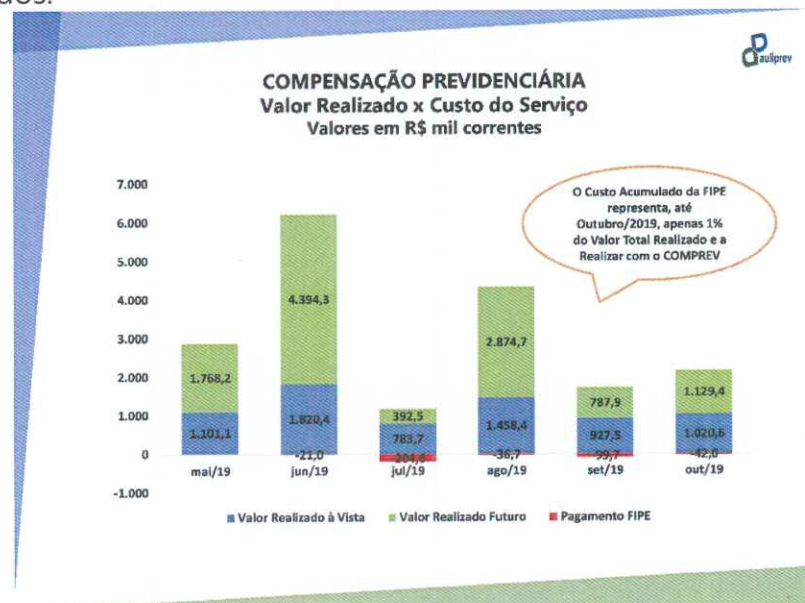
*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**



Essa outra apresentação faz um contra ponto de maio para outubro, dos valores a vista e dos valores futuro do COMPREV. Os valores a vista são os valores que já entraram para o Instituto e os valores futuro são o que temos direito de receber em 233 parcelas. Lembrando que primeiro aprova o processo para no mês seguinte fazer o pagamento para a Fipe.

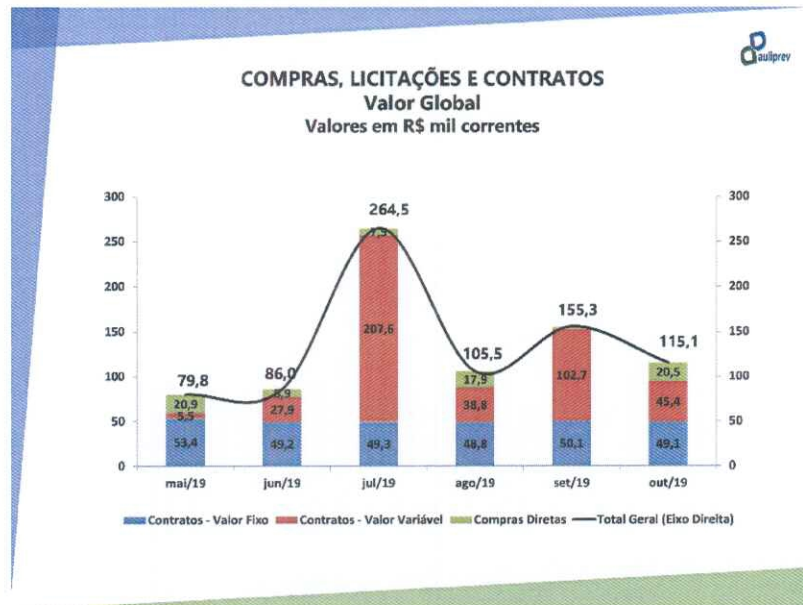
Perguntado Douglas fala que hoje temos em torno de 600 processos compensados.



Um resumo global de que o Instituto pagou para os fornecedores.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**



Sandra agradece e parabeniza Bruno pela apresentação e pede se possível para enviar com antecedência para o Conselho para trazer as dúvidas. Bruno concorda e justifica que não foi enviado antes por causa da auditoria do Tribunal de Contas no Instituto.

Aproveita também para quem assiste ao vídeo e para constar em ata que houve uma alteração das datas das reuniões de dezembro, vamos fazer duas reuniões seguidas em dezembro no dia 02 e 09 e nessa reunião será decidido a data da primeira reunião de janeiro de 2020.

Idu fala sobre o PDV porque viu que tinha um processo de um servidor que com abono de permanência e que pediu o PDV e depois ficou sem aposentadoria no regime próprio dele. Deixa uma mensagem para todos, pediu um parecer jurídico para o André, que enviou o parecer que é contrário ao PDV porque no momento que ele adere ele tem que pedir a exoneração e fica sem vínculo com o RPPS.

Nívia salienta que quando o servidor faz esse pedido no RH da Prefeitura está sendo orientado que se estiver usufruindo do abono de permanência que não faça a adesão, deixando a critério do servidor.

Sandra finaliza a reunião agradecendo a presença de todos e confirmando a próxima reunião, dia 02 de dezembro de 2019, às 18 horas, no plenarinho da Câmara Municipal de Paulínia.

Término as 20h00.

Paulínia, 18 de novembro de 2019

*(Handwritten signatures and initials in blue ink)*

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PAULÍNIA**



Sandra Ariadne Casassa  
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz  
Conselheiro Administrativo




Fabio Ceconelo  
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro  
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti  
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paivá  
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima  
Conselheira Administrativa



# **POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

# **2020**

**Instituto de Previdência dos funcionários Públicos do Município de Paulínia – PauliPrev**

## ÍNDICE

1	Introdução	2
2	Definições	2
3	Gestão Previdenciária (Pró Gestão)	2
4	Comitê de Investimentos	4
5	Consultoria de Investimentos	5
6	Diretrizes Gerais	5
7	Modelo de Gestão	6
8	Segregação de Massa	6
9	Meta de Retorno Esperado	6
10	Aderência das Metas de Rentabilidade	7
11	Carteira Atual	7
12	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	8
13	Cenário	8
14	Alocação Objetivo	9
15	Apreçamento de ativos financeiros	11
16	Gestão de Risco	12
16.1	Risco de Mercado	12
16.1.1	VaR	12
16.2	Risco de Crédito	13
16.2.1	Abordagem Qualitativa	13
16.3	Risco de Liquidez	15
A.	Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)	15
B.	Redução de demanda de mercado (Ativo)	15
16.5	Risco de Terceirização	17
16.6	Risco Legal	17
16.7	Risco Sistêmico	18
17	Considerações Finais	18

## 1 Introdução

O Instituto de Previdência dos funcionários Públicos do Município de Paulínia – Paulínia Previ, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 e a Resolução CMN nº 3.992/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do PAULÍNIA - PREVI na reunião ordinária do dia 18/11/2019.

2

## 2 Definições

Ente Federativo: Município de Paulínia, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Paulínia

CNPJ: 04.882.772/0001-55

Meta de Retorno Esperada: IPCA + 5,89%

Categoria do Investidor: Profissional

## 3 Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o PAULÍNIA PREVI a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção



garantirá que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta preacordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Com a adesão ao Pró-Gestão, podemos acessar o mercado de renda variável em até 35% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CVM 3.922/10 e suas alterações:

LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 3922/2010		Limite PL RPPS								Limite PL do Fundo	
TIPOS DE ATIVOS		Nível I		Nível II		Nível III		Nível IV			
RENDA FIXA	TÍTULOS PÚBLICOS	Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	15%	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Operações compromissadas	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%		5%
		Fundos 100% Títulos Públicos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		100%
		Fundos de índices carteira 100% Títulos Públicos	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		100%
		Fundos referenciados em indicadores RF*	60%	65%	70%	75%	80%	80%	80%		80%
		Fundos de índices (ETF) em indicadores títulos	60%	65%	70%	75%	80%	80%	80%		80%
		Fundos Renda fixa em geral*	40%	45%	50%	55%	60%	60%	60%		60%
	OUTROS	Fundos de índices (ETF) - quaisquer indicadores	40%	45%	50%	55%	60%	60%	60%		60%
		Fundos Renda fixa - Crédito Privado*	5%	10%	15%	20%	25%	30%	35%		35%
		FIDCs - Aberto ou Fechado- Cota Sênior**	5%	15%	5%	20%	10%	25%	15%		30%
Fundos de debêntures de infraestrutura		5%	5%	10%	15%	20%	20%	20%	20%		
RENDA VARIÁVEL	FUNDOS DE INVESTIMENTO	CDB ou Poupança nos limites garantidos pelo FGC	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	15%	
		Letra Imobiliária Garantida - LIG	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%		20%
	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Fundo de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações*	30%	35%	40%	45%	50%	50%	50%	50%	
		ETF (Índices c/ no mínimo 50 ações)	30%	35%	40%	45%	50%	50%	50%	50%	
		Fundos de Ações em geral*	20%	25%	30%	35%	40%	40%	40%	40%	
		ETF (Índices em geral)	20%	25%	30%	35%	40%	40%	40%	40%	
		Fundos Multimercado*	10%	10%	10%	10%	10%	15%	15%	15%	
		FIPs (que atendam requisitos governança)*: ***	5%	5%	5%	5%	5%	10%	15%	20%	
		FI Ações - Mercado de Acesso	5%	5%	5%	5%	5%	10%	15%	20%	
		Fundo Imobiliário *: ****	5%	5%	10%	15%	20%	20%	20%	20%	
FUNDOS	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%		
	FIC - Aberto - Investimento no Exterior	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%		
EXTERIOR	FUNDOS	Fundos de Ações - BDR Nível I	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	

\* Ativos crédito privado emitidos por instituição financeira ou sociedades abertas ou cotas sênior de FIDC, não pode investir exterior  
 \*\* Gestor já tenha feito 10 ofertas publicas encerradas e liquidadas, que os RPPS participem somente até 50% do total cotas  
 \*\*\* Avaliação empresa independente; ta performance após devolução capital; gestor participe c/ 5% e que já realizou nos ultimos 10 anos, desinvestimento de 3 cias  
 \*\*\*\* Limites de 5% do PL do RPPS e de 5% do PL do fundo não se aplica para cotas integradas por imóveis  
 Limite válido para todos os fundos: recursos dos RPPS devem corresponder até 20% do PL do fundo  
 Os total de recursos de um RPPS deve corresponder no máximo a 5% do total de recursos da gestora ou administradora de carteira.  
 Os RPPS somente poderão aplicar seus recursos em fundos de investimento em que figurarem, como administradora OU gestora, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 3.198, de 2004, e nº 4557, de 2017

3

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Conselho de Administração, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação em Reunião do Conselho de Administração, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da

responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

#### 4 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 519/11 e posteriores alterações, combinado com a LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 18, DE 09 DE OUTUBRO DE 2001, assim como as alterações trazidas pela LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 69 DE DEZEMBRO DE 2018. O Conselho administrativo do PAULINIA PREVI, é formado por servidores eleitos, assim como por servidores indicados pelo executivo e legislativo, possuindo, este conselho, caráter deliberativo.

O fato de ser composto por servidores tecnicamente preparados com certificação CPA10, permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva, sendo sempre amparado pelo Comitê de investimento que possui caráter consultivo. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 04 servidores do regime próprio. Todos membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

<b>Tipo de Certificação Profissional</b>	<b>Quantidade de Membros Certificados</b>	<b>Data de Vencimento da Certificação</b>
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 10	4	2021
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 20	0	
Certificação de Especialista em Investimento ANBIMA: CEA	0	
Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social (CGRPPS)	1	2021

O Paulínia Previ deve sempre atentar para a data de vencimento das certificações acima, pois se não houver a maioria do Comitê de Investimentos certificada, perderá, no dia seguinte, o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

## 5 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o PAULINIA PREVI no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. Atualmente contamos com a LDB Consultoria Financeira.

5

## 6 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do PAULINIA PREVI, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2020.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do PAULINIA PREVI, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o PAULINIA PREVI deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

6

## **7 Modelo de Gestão**

A gestão das aplicações dos recursos de acordo com o Artigo 3º, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações do PAULINIA PREVI, será própria, ou seja, o PAULINIA PREVI realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

## **8 Segregação de Massa**

O PAULINIA PREVI não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

## **9 Meta de Retorno Esperado**

Para o exercício de 2020 o PAULINIA PREVI prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,89% a.a. conforme portaria 17 de Maio de 2019 da Secretaria de Previdência, o que será atualizado no novo calculo atuarial em 2020.

A escolha do IPCA, justifica-se, pelo fato da Prefeitura de Paulínia utilizar para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores o IPCA, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. O RPPS poderá

também solicitar ao atuário contratado uma justificativa técnica com base no perfil do seu passivo atuarial para a inclusão do índice de inflação.

A escolha da taxa de juros real de 5,89% a.a., como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial. A redução da taxa em relação ao ano anterior decorre da diminuição da taxa de juros estrutural da economia brasileira, o que, dependendo da taxa escolhida, tornará o atingimento da taxa proposta mais difícil. Quanto menor a taxa de juros escolhida maior será o Passivo Atuarial trazido a valor presente, o que poderá acarretar um aumento do déficit atuarial. O RPPS poderá solicitar ao atuário contratado uma simulação de como a taxa de juros escolhida afeta o seu passivo atuarial para uma melhor definição da sua taxa de juros.

7

## 10 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que o passivo atuarial do RPPS cresceu nos últimos três anos às seguintes taxas:

2017: queda de 23%  
2018: queda de 1%  
2019: aumento de 84%.

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos não aderente à meta de rentabilidade escolhida, com exceção de 2019, conforme o histórico abaixo:

2017 – 8,42 % carteira x 9,1242% meta  
2018 – 9,30 % carteira x 9,9702% meta  
2019 – 10,85 % (até out/2019) x 8,65% meta (até out/2019)

## 11 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/10/2019.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN N° 3.992/11)	CARTEIRA Outubro 2019
Renda Fixa	100%	73 %
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	27 %

## 12 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Paulínia Previ e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- ✓ Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos; e
- ✓ A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

## 13 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (08/11/2019) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado, cerca de 140 instituições habilitadas atualmente.

	2019				2020				2021		2022	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
<b>IPCA (%)</b>	3,28	3,29	<b>3,31</b>	▲ (1)	3,73	3,60	3,60	▬ (2)	3,75	▬ (48)	3,50	▬ (15)
<b>IPCA (%) últimos 5 dias úteis</b>	3,21	3,28	<b>3,35</b>	▲ (1)	3,58	3,52	3,60	▲ (1)	3,75	▬ (43)	3,50	▬ (15)
<b>PIB (var. %)</b>	0,87	0,92	<b>0,92</b>	▬ (1)	2,00	2,00	2,08	▲ (1)	2,50	▬ (139)	2,50	▬ (81)
<b>CÂMBIO (R\$/US\$)</b>	4,00	4,00	<b>4,00</b>	▬ (6)	3,95	4,00	4,00	▬ (3)	3,97	▲ (1)	4,00	▬ (6)
<b>SELIC (% a.a.)</b>	4,75	4,50	<b>4,50</b>	▬ (3)	4,75	4,50	4,50	▬ (2)	6,00	▬ (1)	6,50	▬ (2)

\* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição ▬ Estabilidade em relação ao Focus anterior

Nesse cenário exposto acima, o PAULINIA PREVI está com a sua carteira de investimentos aderente aos indicadores, podendo assim capitalizar a rentabilidade dos seus principais fatores de riscos investidos e se manter aderente também a meta de rentabilidade proposta.

#### 14 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

*Projeção Fronteira Eficiente para 2020. Fonte: LDB Consultoria.*

FRONTEIRA EFICIENTE DE MARKOWITZ										LDB EMPRESAS
N	Retorno a.a.	Risco a.a.	SELIC	IRF-M	IMA-B	IFMI	IDIV	IBOV	SMLL	
16	3,58%	3,16%	15,00%	22,10%	39,09%	10,00%	0,00%	0,00%	13,80%	
17	3,77%	3,31%	15,00%	17,77%	42,59%	10,00%	0,00%	0,00%	14,64%	
18	3,95%	3,45%	15,00%	13,43%	46,10%	10,00%	0,00%	0,00%	15,47%	
19	4,13%	3,60%	15,00%	9,09%	49,60%	10,00%	0,00%	0,00%	16,31%	
20	4,31%	3,75%	15,00%	4,76%	53,10%	10,00%	0,00%	0,00%	17,14%	
21	4,49%	3,90%	15,00%	0,42%	56,61%	10,00%	0,00%	0,00%	17,98%	
22	4,67%	4,05%	15,00%	0,00%	55,31%	10,00%	0,00%	0,00%	19,69%	
23	4,85%	4,21%	15,00%	0,00%	53,50%	10,00%	0,00%	0,00%	21,50%	
24	5,03%	4,37%	15,00%	0,00%	51,69%	10,00%	0,00%	0,00%	23,31%	
25	5,21%	4,54%	15,00%	0,00%	50,00%	9,87%	0,00%	0,13%	25,00%	
26	5,40%	4,72%	15,00%	0,00%	50,00%	8,03%	0,00%	1,97%	25,00%	
27	5,58%	4,90%	15,00%	0,00%	50,00%	6,19%	0,00%	3,81%	25,00%	
28	5,76%	5,08%	15,00%	0,00%	51,48%	3,22%	0,00%	5,29%	25,00%	
29	5,94%	5,27%	15,00%	0,00%	53,30%	0,00%	0,00%	6,70%	25,00%	
30	6,12%	5,46%	15,00%	0,00%	50,88%	0,00%	0,00%	9,12%	25,00%	

Considerando a fronteira eficiente de Markowitz, com dados do período de 02/01/2006 a 22/03/2019, calculado pela nossa consultoria financeira, com risco ao ano de 5,46% e retorno real esperado de 6,12% para que possamos fazer frente a nossa meta atuarial de 2020, sugerimos a seguinte alocação objetivo:

Tipo de Ativo	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos	100%	0%	20%	100%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	0%	0%	100%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado	100%	0%	40%	100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	60%	0%	3%	60%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	60%	0%	0%	60%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	40%	0%	3%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa	40%	0%	0%	40%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas	20%	0%	0%	20%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancário	15%	0%	0%	15%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança	15%	0%	0%	15%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures	5%	0%	0%	5%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	30%	0%	9%	30%	Art. 8º, I, "a"
Fundos de Índices Referenciados	30%	0%	0,0%	30%	Art. 8º, I, "b"
Fundos de Ações	20%	0%	25%	20%	Art. 8º, II, "a"
Fundos de Índice de Ações	20%	0%	0%	20%	Art. 8º, II, "b"
Fundos Multimercados	10%	0%	0%	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações	5%	0%	0%	5%	Art. 8º, IV, "a"
Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	0%	5%	Art. 8º, IV, "b"
Fundos de Ações - Mercado de Acesso	5%	0%	0%	5%	Art. 8º, IV, "c"
Renda Fixa - Dívida Externa	10%	0%	0%	10%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior	10%	0%	0%	10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	10%	0%	0%	10%	Art. 9º A, III

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do PAULINIA PREVI e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.



A reforma da previdência trouxe respostas rápidas na rentabilidade dos ativos de interesse da Paulínia Previ. A queda dos juros e o avanço da rentabilidade dos fundos da nossa carteira, aliado ao avanço do Ibovespa impactou positivamente nossos investimentos, todavia para os próximos meses se espera um cenário desafiador.

Alie-se a isto o pouco crescimento do PIB e a inflação abaixo do centro da meta, que acentuou-se rapidamente a redução da curva de juros no longo prazo, pagando-se o prêmio mais rapidamente, e tornando o cenário futuro com menos possibilidade de rentabilidade, abrindo-se uma perspectiva de avanço na nossa posição na renda variável.

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item 13.

## 15 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o PAULINIA PREVI aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo PAULINIA PREVI são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em

plataformas eletrônicas e, conseqüentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ 04.882.772/0001-55 do PAULINIA PREVI no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição. Se o PAULINIA PREVI tiver efetuado o Estudo de *ALM*, é imprescindível que os títulos públicos sejam marcados na curva.

## 16 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

### 16.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

#### 16.1.1 *VaR*

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do PAULINIA PREVI controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	20 %

## 16.2 Risco de Crédito

### 16.2.1 Abordagem Qualitativa

O PAULINIA PREVI utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
<b>PRAZO</b>	-	<b>Longo prazo</b>	<b>Longo prazo</b>
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA
LF Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- ✓ Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- ✓ O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

### 16.3 *Risco de Liquidez*

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

15

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

#### **A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)**

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

#### **B. Redução de demanda de mercado (Ativo)**

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	71,77
De 30 dias a 365 dias	7,60
Acima de 365 dias	20,63

## 16.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

O PAULIPREV aderiu ao programa federal em 17/04/2018, obtendo a certificação Nível I, em 16/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 35% do seu Patrimônio Líquido, além de ver

expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CVM 3.922/10 e suas alterações.

### 16.5 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. No Credenciamento, o procedimento de seleção de gestores pelo RPPS deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros.

17

### 16.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- ✓ Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do PAULINIA PREVI;
- ✓ Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

## 16.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

18

## 17 Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio publicação em diário oficial do município e/ou divulgação no site oficial do RPPS e será mantida uma cópia para consulta na sede do instituto a todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Administração.

Paulínia, 18 de novembro de 2019.

**Marcos André Breda**

Diretor Presidente

**Sandra Ariadne Casassa**

Presidente do Conselho de Administração





# RELATÓRIO GERENCIAL

Julho/2019 e Agosto/2019

**ELABORAÇÃO**

**Brunno Henrique Sibin – Controlador Interno**

**REVISÃO**

**Beatriz de Lourdes N. Borlina Bernardi – Diretora de Previdência e Atuária**  
**Douglas Henrique Municelli – Diretor Administrativo-Financeiro**

**APROVAÇÃO**

**Marcos André Breda – Diretor Presidente**

1ª Edição – 30/09/2019

*É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada.*

# SUMÁRIO

## SEÇÃO FINANCEIRA

- Folha de Pagamento
- Custo Administrativo
- Receitas e Despesas Previdenciárias
- Compensação Previdenciária e Parcelamento Previdenciário
- Saldo Financeiro Global

## SEÇÃO DE INVESTIMENTOS

- Patrimônio Líquido
- Enquadramento Legal
- Autorização para Aplicações e Resgates

## SEÇÃO DE PREVIDÊNCIA

- Protocolos de Entrada e Atendimentos Gerais
- Tribunal de Contas
- Aposentadorias e Pensões Efetivados
- Auxílio Doença

## SEÇÃO ADMINISTRATIVA

- Recursos Humanos
- Compras, Licitações e Contratos

## SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

# 1. SEÇÃO FINANCEIRA

A seção inicial traz as informações referentes ao fluxo financeiro da PAULIPREV, evidenciando, de forma geral, o fluxo periódico de receitas e despesas realizadas no instituto. Inicialmente, observam-se, detidamente, os valores referentes à folha de pagamento e do custo administrativo para, na sequência, apresentar os dados sintetizados de receitas previdenciárias e despesas previdenciárias.

## 1.1. FOLHA DE PAGAMENTO

A folha de pagamento da PAULIPREV é composta pelas despesas de pessoal com os servidores ativos do instituto, aposentados, pensionistas, beneficiários do auxílio doença e com os membros do conselho administrativo e fiscal.

A tabela 1.1.1 traz o valor total dos proventos de aposentadoria no quarto bimestre de 2019, bem como o quantitativo de aposentados, contendo o valor bruto e as deduções legais para se chegar ao valor líquido desembolsado.

**TABELA 1.1.1**

**Folha de Pagamento**

**Vínculo – Aposentados**

**Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

Aposentados				
Competência	Quantidade	Proventos (A)	Descontos (B)	Valor Líquido (A-B)
07/2019	1098	8.662.339,01	2.089.677,61	6.572.661,40
08/2019	1116	11.787.107,83	2.119.709,64	9.667.398,19
<b>Total da Folha de Aposentados - 2019</b>		<b>72.033.421,80</b>	<b>16.323.555,59</b>	<b>55.709.866,21</b>

Fonte: FAC Sistemas. Elaboração própria

Entre Julho/2019 e Agosto/2019 nota-se que houve a inclusão de 18 benefícios de aposentadoria na folha de pagamento da PAULIPREV. O valor acumulado dos proventos de aposentadorias em 2019 atingiu o montante de R\$ 72,0 milhões que, após os descontos legais, totalizaram o montante líquido de R\$ 55,7 milhões.

O aumento no valor pago no mês de Agosto/2019 se explica em função do adiantamento do 13º salário.

**TABELA 1.1.2****Folha de Pagamento****Vinculo - Ativos****Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

Ativo				
Competência	Quantidade	Proventos (A)	Descontos (B)	Valor Líquido (A-B)
07/2019	31	206.033,03	79.909,20	126.123,83
	1 (Férias)	10.979,77	10.979,77	0,00
	31 (Folha Complementar)	63.033,08	904,97	62.128,11
08/2019	31	234.487,42	79.566,57	154.920,85
	3 (Férias)	15.150,06	1.364,15	13.785,91
<b>Total da Folha de Ativos - 2019</b>		<b>1.851.877,78</b>	<b>699.271,73</b>	<b>1.152.606,05</b>

Fonte: FAC Sistemas. Elaboração própria

A tabela 1.1.2 traz o total das despesas de pessoal com servidores ativos da PAULIPREV no quarto bimestre de 2019. Os valores pagos no período foram maiores em relação a períodos anteriores em função do pagamento retroativo dos reajustes do auxílio alimentação e auxílio saúde dos servidores (Julho/2019) e do pagamento do adiantamento do 13º salário (Agosto/2019).

No acumulado anual, o valor total desembolsado com a folha de pagamento dos servidores da PAULIPREV foi da ordem de R\$ 1,85 milhão, totalizando o valor líquido de R\$ 1,15 milhão.

**TABELA 1.1.3****Folha de Pagamento****Vinculo - Conselheiros****Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

Conselheiros				
Competência	Quantidade	Proventos (A)	Descontos (B)	Valor Líquido (A-B)
07/2019	14	33.919,90	406,29	33.513,61
08/2019	14	33.919,90	406,29	33.513,61
<b>Total da Folha de Conselheiros - 2019</b>		<b>231.382,05</b>	<b>2.359,92</b>	<b>229.022,13</b>

Fonte: FAC Sistemas. Elaboração própria

A tabela 1.1.3 traz a quantidade de membros e os valores desembolsados com o conselho administrativo e fiscal da PAULIPREV. No ano de 2019, os proventos pagos totalizaram o montante de R\$ 231,3 mil, o que representou, em termos líquidos, a quantia de R\$ 229,0 mil. O atual quadro possui 9 conselheiros no Administrativo e 5 no fiscal, totalizando 14 conselheiros.

**TABELA 1.1.4****Folha de Pagamento****Vínculo – Pensionista****Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

<b>Pensionista</b>				
<b>Competência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Proventos (A)</b>	<b>Descontos (B)</b>	<b>Valor Líquido (A-B)</b>
07/2019	103	536.752,17	92.088,69	444.663,48
08/2019	103	771.103,61	92.620,59	678.438,02
<b>Total da Folha de Pensionistas - 2019</b>		<b>4.457.443,12</b>	<b>704.504,26</b>	<b>3.752.938,86</b>

Fonte: FAC Sistemas. Elaboração própria

A tabela 1.1.4 traz as informações gerais sobre o pagamento de pensões pela PAULIPREV, mostrando que no 4º bimestre de 2019, houve um aumento no valor dos proventos pagos, em função do adiantamento do 13º salário. No ano de 2019, o valor total de proventos com pensionistas foi de R\$ 4.45 milhões, o que gerou um valor líquido de R\$ 3,75 milhões.

**TABELA 1.1.5****Folha de Pagamento****Vínculo – Auxílio Doença****R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

<b>Auxílio Doença</b>				
<b>Competência</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Proventos (A)</b>	<b>Descontos (B)</b>	<b>Valor Líquido (A-B)</b>
07/2019	162	777.529,14	91.106,80	686.422,34
08/2019	155	1.126.453,58	86.476,97	1.039.976,61
<b>Total da Folha de Pensionistas - 2019</b>		<b>6.373.347,49</b>	<b>705.017,42</b>	<b>5.668.330,07</b>

Fonte: FAC Sistemas. Elaboração própria

A tabela 1.1.5 traz as informações gerais acerca do auxílio doença, mostrando que entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, houve uma leve redução na quantidade dos benefícios pagos, bem como um aumento no valor dos proventos totais, em função do adiantamento do 13º salário.. No ano de 2019, o valor total bruto de proventos com auxílio doença foi de R\$ 6,37 milhões, totalizando o montante líquido de R\$ 5,66 milhões.

## 1.2. CUSTO ADMINISTRATIVO

A tabela 1.2.1 traz as informações referentes ao custo administrativo da PAULIPREV no quarto bimestre do ano de 2019, segregando as despesas de acordo com a natureza.

O valor observado no mês de Julho/2019, quando comparado com o mês de Agosto/2019, demonstra grande variação, explicada, principalmente, pelo aumento das despesas relacionadas a “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”. Os valores acumulados do custo administrativo em 2019 totalizaram o montante de R\$ 3,45 milhões, o que equivale a um custo médio mensal da ordem de R\$ 431,6 mil.

TABELA 1.2.1

### Custo Administrativo – PAULIPREV

#### Decomposição por itens

Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Detalhamento do Custo Administrativo			
NATUREZA	07/2019	08/2019	2019
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	264.893,7	262.432,0	1.858.750,70
Obrigações Patronais			3.796,71
Obrigações Patronais - Intraorçamentário	30.788,7	30.000,0	237.746,80
Material de Consumo <sup>1</sup>	1.907,6	5.515,8	37.173,64
Passagens e Despesas com Locomoção		3.105,6	15.566,85
Serviço de Consultoria	2.158,3	1.658,3	10.724,66
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física <sup>2</sup>	45.942,6	45.942,6	371.837,51
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica <sup>3</sup>	327.751,9	52.134,4	696.116,00
Permanente	3.699,0	15.882,8	26.380,50
Serviços de Tecnologia de Informação <sup>4</sup>	23.474,9	29.924,8	194.943,90
<b>TOTAL</b>	<b>700.616,7</b>	<b>446.596,3</b>	<b>3.453.037,27</b>

Fonte: GAP Consultoria. Elaboração própria

Observando as despesas isoladamente, nota-se que a expansão nos valores pagos a “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica” se deve ao fato do elevado número de processos de compensação previdenciária aprovados no mês de Junho/2019 (39 processos), o que fez com que

<sup>1</sup> Os gastos recorrentes são destinados ao pagamento de adiantamento para despesas de pequeno vulto, material de papelaria, uniformes e materiais para serviços de limpeza.

<sup>2</sup> Os gastos recorrentes são destinados ao pagamento do aluguel da PAULIPREV e aos conselheiros da PAULIPREV.

<sup>3</sup> Os gastos recorrentes são destinados ao pagamento de despesas com água, energia e sistema de telefonia, consultoria contábil, convênio de serviços com os Correios, locação do veículo da PAULIPREV, contrato de serviços de compensação previdenciária junto à FIPE, serviço de manutenção de ar condicionado e custódia de Títulos Públicos junto ao Banco do Brasil.

<sup>4</sup> Os gastos recorrentes são destinados ao pagamento do sistema de contabilidade e folha de pagamento, internet, locação de computadores e impressoras, sistema de consultoria financeira, serviços de *backup* em nuvem e manutenção do site da PAULIPREV.

o pagamento para a empresa FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (R\$ 5.240,80 por processo) tenha sido elevado no mês de Julho/2019.

Em relação às despesas que compõem o item “Permanente”, a variação observada entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019 se deve a aquisição de licenças para o uso do pacote Office nos computadores de servidores da PAULIPREV.

### 1.3. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A compensação previdenciária é um processo de regularização entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Os Municípios, ao atenderem o preceito constitucional, instituindo o RPPS, geram o direito de se compensar financeiramente com o RGPS, uma vez que seus servidores, anteriormente à instituição do RPPS, eram segurados do RGPS e, portanto, contribuíram por algum tempo àquele regime. Por essa razão, os RPPS, de um lado, ficam responsáveis pelo pagamento integral dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes e, de outro lado, tornam-se titulares do direito de se compensar com o RGPS relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos. Essa compensação está prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei 9.796/1999.

TABELA 1.3.1.

#### Compensação Previdenciária

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Compensação Previdenciária			
	07/2019	08/2019	2019
Valor Compensado (I)	784.603	1.458.374	8.001.939
Valor Futuro (II)	392.523	2.874.728	10.464.464
Valor Parcelado (II/233)	1.685	12.338	44.912
Valor Total (I) + (II)	1.177.127	4.333.103	18.466.403
Tempo de Serviço (A)	20	9	120
Aposentadoria por Invalidez (B)	0	0	36
Lançamentos (A + B)	20	9	121
Aprovados (qtd)	7	19	72
Aguardando (qtd)	49	47	
Valor Realizado	783.659	1.457.430	7.994.383
Valor de Pagamento – FIPE (por processo aprovado)	204.596	36.722	278.041

Fonte: FIPE. Elaboração própria



Nesse contexto, os dados informados na tabela 1.3.1 apresentam os valores sob regime de compensação envolvendo o INSS (RGPS) e a PAULIPREV (RPPS). Nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019, a PAULIPREV recebeu, a título de compensação, R\$ 783,6 mil e R\$ 1,45 milhão, respectivamente. O valor futuro, que será parcelado mensalmente pelo INSS, representou, para o mês de Julho/2019, o montante de R\$ 1,17 milhão (parcelado em 233 parcelas mensais de R\$ 1,68 mil) e, para o mês de Agosto/2019, o montante de R\$ 4,33 milhões (parcelado em 233 parcelas mensais de R\$ 12,3 mil).

Em relação ao custo das atividades realizadas pela FIPE junto à PAULIPREV, esclarece-se que a FIPE tem a sua remuneração atrelada ao número de processos de compensação previdenciária aprovados, sendo pago o valor de R\$ 5.240,80 por processo. Em função da aprovação de 39 processos em Junho/2019, houve o pagamento de R\$ 204,5 mil no mês de Julho/2019. Já em relação ao mês de Agosto/2019, em função da aprovação de 07 processos em Julho/2019, houve o pagamento de R\$ 36,7 mil.

#### **1.4. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

No tocante às receitas previdenciárias, observa-se que os valores referentes ao repasse realizado pela Prefeitura Municipal de Paulínia representam a maior parcela do montante total de receitas no acumulado anual, sendo que, entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, o valor repassado médio totalizou o montante de R\$ 9,90 milhões.

Em relação ao repasse da Câmara Municipal de Paulínia, entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, o valor repassado médio totalizou o montante de R\$ 172,1 mil. Por fim, em relação à PAULIPREV, a receita média observada no 4º bimestre de 2019 foi de R\$ 45,4 mil.

Por fim, em relação às receitas oriundas dos servidores inativos ou dos beneficiários de auxílio doença, em média, no 4º bimestre de 2019, foi arrecadado R\$ 386,7 mil.

TABELA 1.4.1.

## Receitas Previdenciárias

Prefeitura Municipal de Paulínia, Câmara Municipal de Paulínia e PAULIPREV

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Receitas Previdenciárias			
Vínculo	07/2019	08/2019	2019
Contribuição do Servidor - Prefeitura	3.398.965	3.303.413	26.819.889
Contribuição Patronal - Prefeitura	3.480.308	3.386.498	27.461.326
Contribuição Suplementar - Prefeitura	3.163.899	3.078.617	24.964.549
<b>TOTAL/MÊS - PREFEITURA</b>	<b>10.043.171</b>	<b>9.768.528</b>	<b>79.245.764</b>
Contribuição do Servidor - Câmara	60.283	58.086	487.369
Contribuição Patronal - Câmara	60.283	58.086	487.369
Contribuição Suplementar - Câmara	54.802	52.805	443.063
<b>TOTAL/MÊS - CÂMARA</b>	<b>175.368</b>	<b>168.977</b>	<b>1.417.800</b>
Contribuição do Servidor - Pauliprev	15.192	14.870	120.504
Contribuição Patronal - Pauliprev	16.127	15.739	124.558
Contribuição Suplementar - Pauliprev	14.661	14.308	113.235
<b>TOTAL/MÊS - PAULIPREV</b>	<b>45.980</b>	<b>44.916</b>	<b>358.297</b>
Contribuição - Auxílio-Doença	85.492	82.881	659.828
Contribuição - Aposentados	308.867	298.507	2.437.154
Contribuição - Pensionistas	5.324	5.355	42.746
<b>TOTAL/MÊS - INAT/PEN/AUX</b>	<b>399.683</b>	<b>386.743</b>	<b>3.139.728</b>

Fonte: GAP Contábil Elaboração própria

A tabela 1.4.2 traz a discriminação das despesas previdenciárias associadas ao pagamento das aposentadorias, aos benefícios pagos aos pensionistas e aos detentores do auxílio-doença.

TABELA 1.4.2.

## Despesas Previdenciárias

Aposentados, Pensionistas e Auxílio Doença

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Despesas Previdenciárias			
Vínculo	07/2019	08/2019	2019
Aposentados	8.667.475	11.787.108	72.038.558
Quantidade	1.098	1.116	
Pensionistas	536.752	771.104	4.457.443
Quantidade	103	1.032	
Auxílio Doença	777.529	1.126.454	6.373.347
Quantidade	162	155	

Fonte: GAP Contábil Elaboração própria

Do total de despesas previdenciárias, 86,9% são referentes ao pagamento de aposentadoria para os segurados inativos. Os valores totais desembolsados até o final de Agosto/2019 totalizaram R\$ 72,0 milhões.

No caso do auxílio-doença, seguindo a tendência observada no exercício anterior, nota-se uma redução no quantitativo acumulado de concessões. Em 2019, até o mês de Agosto/2019, foi desembolsado, a título de auxílio doença a importância de R\$ 6,37 milhões.

A tabela 1.4.3 resume as informações contidas nas tabelas 1.4.1 e 1.4.2, observando que nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019 a PAULIPREV apresentou resultado superavitário da ordem de R\$ 682,4 mil e deficitário da ordem de R\$ -3,3 milhões, respectivamente, considerando o fluxo de receitas e despesas de caráter previdenciário.

**TABELA 1.4.3.**

**Quadro Comparativo - Receitas Previdenciárias e Despesas Previdenciárias**

**Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)**

Resultado Previdenciário			
	07/2019	08/2019	2019
Receitas (A)	10.664.203	10.369.164	84.161.590
Despesas (B)	9.981.756	13.684.665	82.869.348
RESULTADO (A-B)	682.447	-3.315.501	1.292.241

Fonte: GAP Contábil Elaboração própria

**1.5. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO**

A tabela 1.5.1 traz as receitas referentes à compensação previdenciária junto ao INSS, bem como os recursos do parcelamento previdenciário que passaram a ser pagos pela Prefeitura Municipal com base no Acordo de Parcelamento 530/2015.

Em relação à Compensação Previdenciária, as receitas observadas em cada um dos meses se referem ao valor realizado na competência imediatamente anterior. Até o final do mês de Agosto/2019, as receitas associadas à Compensação Previdenciária totalizaram R\$ 7,15 milhões, enquanto que o Parcelamento Previdenciário gerou receitas da ordem de R\$ 5,63 milhões em 2019.

Das receitas totais oriundas do Parcelamento Previdenciário, R\$ 3,49 milhões representam o principal da dívida da Prefeitura Municipal de Paulínia junto à PAULIPREV, enquanto que R\$ 2,17 milhões representam os valores de multa e juros.

TABELA 1.5.1.

**Compensação Previdenciária e Parcelamento Previdenciário**

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

COMPREV e Parcelamento Previdenciário			
	07/2019	08/2019	2019
COMPREV	1.820.416	783.659	7.155.009
Parcelamento Previdenciário - Principal	437.161	437.161	3.497.286
Parcelamento Previdenciário – Multa e Juros	299.088	311.082	2.173.113
<b>TOTAL/MÊS</b>	<b>2.556.665</b>	<b>1.531.902</b>	<b>12.825.408</b>

Fonte: Elaboração própria

**1.6. RESULTADO FINANCEIRO GLOBAL**

A tabela 1.6.1 traz o fluxo global de receitas e despesas associadas à PAULIPREV. Assim, do ponto de vista das receitas, agregam-se aos fluxos de receitas previdenciárias os valores referentes à Compensação Previdenciária, ao Parcelamento Previdenciário, aos rendimentos periódicos de fundos constantes na carteira da PAULIPREV, bem como outras receitas (receita de cópias de processos de segurados). Por outro lado, em termos de despesas, agregam-se aos fluxos de despesas previdenciárias os valores associados ao custo administrativo da PAULIPREV.

TABELA 1.6.1.

**Receitas Totais e Despesas Totais**

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Resultado Financeiro Global			
	07/2019	08/2019	2019
<b>RECEITAS</b>			
Receitas Previdenciárias	10.664.203	10.369.164	84.161.590
COMPREV	1.820.416	783.659	7.155.009
Parcelamento	736.249	748.243	5.670.399
Rendimentos	14.892	3.981.058	5.065.337
Outros	3.530	1.560	21.315
<b>Receita Total (A)</b>	<b>13.239.290</b>	<b>15.883.684</b>	<b>102.073.650</b>
<b>DESPESAS</b>			
Despesas Previdenciárias	9.981.756	13.684.665	82.869.348
Custo Administrativo	700.617	446.596	3.453.037
<b>Despesa Total (B)</b>	<b>10.682.373</b>	<b>14.131.261</b>	<b>86.322.386</b>
<b>RESULTADO (A-B)</b>	<b>2.556.917</b>	<b>1.752.423</b>	<b>15.751.264</b>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019 houve uma tendência de redução do superávit global, passando de R\$ 2,55 milhões para R\$ 1,75 milhões, explicado,

principalmente, pela forte expansão das despesas previdenciárias associadas ao pagamento do adiantamento do 13º salário. O resultado geral para o ano de 2019 evidencia um superávit acumulado de R\$ 15,7 milhões de reais.

## 2. SEÇÃO DE INVESTIMENTOS

A seção de investimentos traz as informações relacionadas com a evolução patrimonial dos recursos da PAULIPREV no mercado financeiro, classificadas de acordo com as instituições financeiras e os seus respectivos fundos, bem como a classificação por enquadramento legal.

Em seguida, são apresentadas as informações sobre a movimentação financeira associada às operações de aplicações e resgates realizadas nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

### 2.1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Inicialmente, discute-se na tabela 2.1.1, a composição patrimonial dos ativos da PAULIPREV entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

O patrimônio total da PAULIPREV entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019 permaneceu relativamente estável, com leve tendência de queda (R\$ 1,25 bilhões), com variação de -0,0032%. Em relação aos valores acumulados até o final de Agosto/2019, a maior parte do patrimônio está alocada em fundos referenciados em títulos públicos (Art. 7, I, b da Resolução 3922/2010), com valor total de R\$ 471,1 milhões, R\$ 200,1 milhões em Títulos do Tesouro Nacional (Art 7, I, a da Resolução 3922/2010) e R\$ 173,7 milhões em títulos de Crédito Privado (Artigo 7º, VII, b da Resolução 3922/2010).

Observando, isoladamente, os recursos aplicados em renda fixa, nota-se que a rentabilidade entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019 foi de -0,15% enquanto que em relação aos fundos aplicados em renda variável a rentabilidade no mesmo período foi de 0,48%.

Em termos de enquadramento legal, os valores associados às cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (Artigo 7º, VII, a da Resolução 3922/2010) se encontram desenquadrados, conforme pode ser observado na Tabela 2.1.2. O fundo ATICO FLORESTAL FIP teve o último extrato enviado em 14/08/2018, sendo que está em andamento um processo de precificação da carteira, auditado pela empresa Deloitte.

TABELA 2.1.1.

## Evolução Patrimonial – Por Fundos e Por Categorias

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Evolução Patrimonial				
ADMINISTRADOR	FUNDO	PL <sup>1</sup> 07/2019	PL <sup>1</sup> 08/2019	CATEGORIA
BRASESCO ITAÚ SANTANDER RJI	INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC INSTITUCIONAL ALOC DINAMIC II INSTITUCIONAL RF DI TMJ IMA B FI RF	R\$ 20.636.361,44 R\$ 20.624.058,23 R\$ 35.838.397,94 R\$ 29.679.232,50	R\$ 20.638.421,93 R\$ 20.689.408,45 R\$ 34.829.726,35 R\$ 29.587.259,84	Renda Fixa Geral
PLANNER UM INVEST. UM INVEST.	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB TOWER RF FI IMAB-5 II TOWER RF FI IMAB-5	R\$ 13.598.440,50 R\$ 18.498.418,40 R\$ 60.250.049,51	R\$ 13.355.658,00 R\$ 18.430.215,58 R\$ 59.983.774,06	Renda Fixa
CAIXA SAFRA BANCO BRASIL ITAU	CAIXA FI BRASIL IMA-B5 TP RF LP SAFRA IMA FIC RF ALOCAÇÃO AT RF PREVIDENCIARIO INSTITUCIONAL RF INFLAÇÃO 5	R\$ 284.211.147,85 R\$ 8.171.331,06 R\$ 65.689.746,94 R\$ 64.903.858,42	R\$ 285.531.225,68 R\$ 8.130.280,03 R\$ 69.891.641,08 R\$ 63.723.333,39	Fundos Referenciados (100% Títulos Públicos)
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 203.967.114,37	R\$ 43.843.285,52	Títulos do Tesouro Nacional
INTRADER	PIATÁ RF LP PREV CRÉD. PRIV	R\$ 17.410.805,01	R\$ 200.143.954,96	Crédito Privado
RJI CM CAPITAL QUELUZ ORLA SANTANDER RJI	INCENTIVO II MULTISETORIAL II GGX PRIME I FIDC ILLUMINATI FIDC LME FIDC SENIOR BBIF MASTER FIDC LP INCENTIVO MULTISETORIAL I SERIE A/B	R\$ 14.282.843,23 R\$ 15.259.767,45 R\$ 39.908.235,67 R\$ 6.162.771,59 R\$ 122.726,57 R\$ 6.582,44	R\$ 17.375.865,56 R\$ 14.277.118,30 R\$ 14.401.012,33 R\$ 40.434.786,34 R\$ 6.164.546,98 R\$ 122.085,89	Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
RJI	FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP	R\$ 41.379.235,60	R\$ 4.462,00	Multimercado
RJI ELITE CCVM PLANNER	HAZZ BR HOTEIS FII INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 12.118.660,85 R\$ 13.235.692,51 R\$ 1.446.127,81	R\$ 40.664.539,26 R\$ 12.118.843,54 R\$ 13.249.458,20	Fundo de Investimento Imobiliário
RJI PLANNER RJI BNY MELLON LAD CAPITAL BNY MELLON	INFRA SANEAMENTO W7 FIP /INFRATEC FIP/ATICO GESTÃO EMPRESARIAL ATICO FLORESTAL FIP FIM FPI/FP2 LONGO PRAZO ATICO GERAÇÃO ENERGIA	R\$ 13.229.700,98 R\$ 2.115.508,26 R\$ 944.952,24 R\$ 3.287.262,68 R\$ 25.043.855,30 R\$ 15.683.147,38	R\$ 1.446.539,19 R\$ 13.215.769,81 R\$ 2.111.853,83 R\$ 650.471,46 R\$ 3.282.738,83 R\$ 25.042.152,98	Fundo de Investimento em Participações
GENIAL BEM DTVM BEM DTVM ITAU BRASESCO	GERAÇÃO FIA BBM VALUATION II FIC FIA VANGUARDA DIVIDENDOS FIA ITAU AÇÕES DUNAMIS FIC BRASESCO FI AÇÕES SELECTION	R\$ 36.854.272,27 R\$ 33.668.557,00 R\$ 22.835.241,12 R\$ 33.466.173,23 R\$ 41.344.934,97	R\$ 15.739.137,18 R\$ 37.393.530,07 R\$ 33.543.469,02 R\$ 23.170.109,73 R\$ 33.990.073,03	Fundos em Ações
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 963.049.744,41	R\$ 961.558.062,27	-0,1549%
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 296.653.322,20	R\$ 298.104.466,24	0,4892%
TOTAL GERAL		R\$ 1.259.703.066,61	R\$ 1.259.662.528,51	-0,0032%

<sup>1</sup> PL = Patrimônio Líquido

Fonte: Elaboração própria

TABELA 2.1.2.

**Enquadramento Legal – Limite Observado e Limite Legal**

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Enquadramento Legal						
CATEGORIA	ENQUADRAMENTO LEGAL	PL 07/2019	PL 08/2019	LIMITE OBSERVADO 05/2019	LIMITE OBSERVADO 06/2019	LIMITE LEGAL
Renda Fixa Geral	Artigo 7º, IV, a, a) Fundos Renda fixa em geral.	R\$ 106.778.050,11	R\$ 105.744.816,57	8,5%	8,4%	40%
Renda Fixa	Artigo 7º, III, a	R\$ 92.346.908,41	R\$ 91.769.647,64	7,3%	7,3%	60%
Fundos Referenciados (100% Títulos Públicos)	Artigo 7º, I, b, b) Fundos referenciados 100% Títulos Públicos	R\$ 466.803.939,56	R\$ 471.119.765,70	37,1%	37,4%	100%
Títulos do Tesouro Nacional	Art 7, I, a - Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional	R\$ 203.967.114,37	R\$ 200.143.954,96	16,2%	15,9%	100%
Crédito Privado	Artigo 7º, VII, b - Fundos Renda fixa/Crédito Privado	R\$ 17.410.805,01	R\$ 17.375.865,56	1,4%	1,4%	5%
Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	Artigo 7º, VII, a, a) Cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FDIC)	R\$ 75.742.926,95	R\$ 75.404.011,84	6,0%	6,0%	5%
Multimercado	Artigo 8º, Inciso III	R\$ 41.379.235,60	R\$ 40.664.539,26	3,3%	3,2%	10%
Fundo de Investimento Imobiliário	Artigo 8º, IV, b, b) FII presença 60% pregões 12 meses anteriores.	R\$ 26.800.481,17	R\$ 26.814.840,93	2,1%	2,1%	5%
Fundo de Investimento em Participações	Artigo 8º, IV, a a) FIPs (que atendam requisitos governança)	R\$ 60.304.426,84	R\$ 60.042.124,09	4,8%	4,8%	5%
Fundos em Ações	Artigo 8º, II, a	R\$ 168.169.178,59	R\$ 170.582.961,96	13,3%	13,5%	20%

Fonte: Elaboração própria

**2.3. AUTORIZAÇÃO PARA APLICAÇÕES E RESGATES**

A tabela 2.1.3 traz as informações gerais relacionadas com as operações de aplicações e resgates dos recursos patrimoniais da PAULIPREV realizadas nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

Tanto no mês de Julho/2019 como no mês de Agosto/2019, houve apenas as movimentações habituais, sendo as aplicações relacionadas com o investimento de recursos oriundos de repasses dos entes, da Compensação Previdenciária e do Parcelamento Previdenciário, enquanto que os resgates se associaram ao pagamento de fornecedores, adiantamentos e folhas de pagamento.

Cabe salientar que os fluxos relativamente maiores de valores no mês de Agosto/2019 se explicam por entradas e saídas associadas ao adiantamento do 13º salário.



TABELA 2.1.3.

**Autorização para Aplicações e Resgates**

Valores gerais – Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Autorização para Aplicações e Resgates				
	07/2019		08/2019	
	Número de Operações	Valor Movimentado	Valor Movimentado	Número de Operações
Aplicações	7	R\$ 12.899.914,83	8	R\$ 16.599.118,72
Resgates	17	R\$ 10.095.747,48	19	R\$ 13.648.519,59
FLUXO	24	R\$ 22.995.662,31	27	R\$ 30.247.638,31

Fonte: Elaboração própria

### 3. SEÇÃO DE PREVIDÊNCIA

A presente seção traz informações associadas aos protocolos e atendimentos realizados aos segurados, informações sobre processos julgados com irregularidade pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, concessão efetivada de benefícios de aposentadorias e pensões, bem como os fluxos associados ao Auxílio Doença para os meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

#### 3.1. PROTOCOLOS E ATENDIMENTOS

A Tabela 3.1.1 traz a relação de protocolos realizados pelos segurados da PAULIPREV para iniciar os pedidos de aposentadorias, pensões ou outros assuntos de seu interesse.

No mês de Julho/2019, foram protocoladas 58 demandas associadas a pedidos de simulação de aposentadorias (33) e de aposentadoria especial (06 do magistério, 02 da área da saúde e 01 de guarda municipal).

No mês de Agosto/2019, foram protocoladas 76 demandas associadas a pedidos de simulação (36), aposentadorias especiais (06 do magistério, 02 da área da saúde e 01 de guarda municipal) e de aposentadorias por tempo de contribuição (9).

TABELA 3.1.1.

#### Protocolos Realizados

#### Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)

Protocolos		
TIPO DE PROTOCOLO	07/2019	08/2019
Abono de Permanência		4
Aposentadoria - Tempo de Contribuição	8	9
Aposentadoria Especial	9	9
Aposentadoria Voluntária - Implemento de Idade	4	2
Aposentadoria - Tempo de Contribuição e Idade		1
Pensão	3	
Revisão	1	1
Outros		14
Simulações	33	36
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>76</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração Própria

A tabela 3.1.2 traz a relação de atendimentos realizados diretamente ao segurado da PAULIPREV por parte dos servidores da Diretoria de Previdência e Atuária.

No mês de Julho/2019, foram realizados 893 atendimentos, sendo a maioria relacionada com a realização de movimentações processuais (531), atendimentos telefônicos (126) e simulações de aposentadorias (90). No mês de Agosto/2019, foram realizados 1022 atendimentos, relacionados com movimentações processuais (679), atendimentos telefônicos (167) e simulações de aposentadorias (81).

As movimentações processuais são associadas à carga, devolução ou arquivamento de processo, manifestações diversas (certidões, remessas, petições), consultas a processos; registros; juntadas, autuações, cópias e digitalizações de processos.

**TABELA 3.1.2.**

**Atendimentos Realizados**

**Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)**

Atendimentos Realizados		
TIPO DE SERVIÇO	07/2019	08/2019
Cópias + Desentranhamento de documentos	25	6
Atendimentos agendados	88	51
Atendimentos de simulações	20	22
Atendimentos telefônicos	126	167
Atendimentos não agendados	11	16
Aposentadoria por ordem judicial	1	
Simulações realizadas	90	81
Pensões encerradas	1	
Movimentações processuais	531	679
<b>TOTAL</b>	<b>893</b>	<b>1022</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração Própria

A tabela 3.1.3 traz a relação de benefícios que foram deferidos ou indeferidos nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

No mês de Julho/2019, foram deferidos 14 benefícios de aposentadoria e indeferidos 18 benefícios. Em relação ao mês de Agosto/2019, houve 25 benefícios deferidos e 06 indeferimentos, sendo 03 associados a desistências por parte do próprio segurado.

TABELA 3.1.3.

**Benefícios Deferidos e Indeferidos**

Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)

Benefícios Deferidos e Indeferidos		
SITUAÇÃO DO BENEFÍCIO	07/2019	08/2019
<i>Deferido</i>		
Aposentadoria - Art. 40º CF/1988		
Aposentadoria - Art 6º (EC 41/2003)	7	6
Aposentadoria - Art 3º (EC 47/2005)	6	9
Aposentadoria - Tempo de Contribuição (Especial Professor)		7
Aposentadoria por Invalidez		
Aposentadoria por Idade		2
Pensões		
Abono de Permanência	1	1
<b>TOTAL DEFERIDO</b>	<b>14</b>	<b>25</b>
<i>Indeferido</i>		
Aposentadorias Indeferidas	13	2
Aposentadorias - Desistências	4	3
Certidão de Tempo Não Utilizado		
Revisão		
Abono de Permanência	1	1
<b>TOTAL INDEFERIDO</b>	<b>18</b>	<b>6</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração Própria

### 3.2. TRIBUNAL DE CONTAS

A tabela 3.2.1 traz a relação do estoque de processos de concessão de aposentadorias que foram julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, classificados de acordo com o objeto e a situação processual.

Observa-se que, do estoque de 234 processos, 93 estão aguardando julgamento de recurso ordinário, sendo a maioria relacionada com verbas (32 processos de ilegalidade associada a verbas de hora extra e 39 processos de ilegalidade associada a verbas de horas extras e outros adicionais). Por outro lado, 122 processos estão aguardando retorno do Tribunal de Contas após o envio de informações, sendo a maioria também ligada ao apontamento de ilegalidade de verbas.

Cabe acrescentar que houve 02 processos em que houve julgamento legal do Tribunal de Contas, bem como o registro regular da aposentadoria no período entre Julho/2019 e Agosto/2019.

TABELA 3.2.1.

## Benefícios Irregulares – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Valores gerais – Acumulado até ago/2019

Julgados Irregulares						
OBJETO	SITUAÇÃO PROCESSUAL					
	Aguardando Julgamento - Recurso Ordinário	Aguardando Retorno - TCE	Julgado Legal	Registro Regular	Outros	TOTAL
Migração	18				1	19
Migração e Verbas	3	26			3	32
Hora Extra	3	16			2	21
Hora Extra e Adicionais		10			1	11
Outros	1			1		2
Verbas	71	96	1		13	181
Hora Extra	32	20	0		3	55
Hora Extra e Adicionais	39	76	1		10	126
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>122</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>234</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração Própria

## 3.3. APOSENTADORIAS E PENSÕES EFETIVADAS

A tabela 3.3.1 traz a evolução do número de segurados que começaram a receber os proventos de aposentadorias e pensões nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019.

No acumulado observado em 2019, houve 98 aposentadorias e pensões registradas no sistema de folha de pagamento, sendo que, no mês de Julho/2019 houve o registro de 10 novos benefícios, enquanto que em Agosto/2019 foram registrados 21 novos benefícios de aposentadorias.

**TABELA 3.3.1.**

**Aposentadorias e Pensões – Por tipo de concessão**

**Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)**

Aposentadorias e Pensões – Efetivados na Folha de Pagamento			
TIPO	07/2019	08/2019	2019
Aposentadorias Por Invalidez		2	9
Aposentadorias por Tempo de Contribuição	3	8	52
Aposentadorias Professor		6	11
Outras Aposentadorias	6	3	15
Outras Aposentadorias Especiais			2
Pensão Vitalícia	1	1	7
Pensão Temporária		1	2
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10</b>	<b>21</b>	<b>98</b>

Fonte: FAC Consultoria. Elaboração própria

**3.4. AUXÍLIO DOENÇA**

A tabela 3.4.1 traz a relação de afastamentos associadas por motivos. Como pode ser observado, no mês de Julho/2019 houve 57 afastamentos de segurados, sendo que as principais razões estiveram associadas a questões ortopédicas (18). Já em relação ao mês de Agosto/2019, houve 69 afastamentos, sendo 25 relacionados com questões psiquiátricas e 19 relacionados com questões ortopédicas.

**TABELA 3.4.1.**

**Auxílio Doença – Por Situação**

**Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)**

Afastamentos por Motivos			
TIPO	05/2019	06/2019	2019
Psiquiatria	12	25	124
Ortopedia	18	19	120
Geral	11	7	41
Cirurgia	6	6	36
Outros	10	12	67
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>69</b>	<b>388</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração própria

A tabela 3.4.2 traz a relação de afastamentos classificados por lotação do servidor. Como pode ser observado, no mês de Julho/2019, dos 57 afastamentos, 28 foram relacionados com servidores da área de Educação e 22 foram relacionados com servidores da área da Saúde. No mês

subsequente, dos 69 afastamentos, 30 estiveram associados a servidores da área da Educação e 35 estiveram associados a servidores da área da Saúde.

**TABELA 3.4.2.**

**Auxílio Doença – Por Lotação**

**Valores gerais (jul/2019 e ago/2019)**

Afastamentos por Secretaria			
LOTAÇÃO	07/2019	08/2019	2019
Educação	28	30	172
Saúde	22	35	166
Segurança	1	0	10
Outros	6	4	40
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>	<b>69</b>	<b>388</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração própria

Por fim, a tabela 3.4.3 traz o tempo médio de afastamento observado mensalmente para os segurados da PAULIPREV. Há uma tendência de redução do tempo de afastamento por servidor, sendo que, na média anual acumulada até Agosto/2019, o servidor fica em afastamento, em média, por 25,23 dias.

**TABELA 3.4.3.**

**Auxílio Doença – Tempo Médio de Afastamento**

**Valores gerais (acumulado até ago/2019)**

Tempo Médio de Afastamento	
MÊS	Média
07/2019	21,53
08/2019	17,44
<b>TOTAL 2019</b>	<b>25,23</b>

Fonte: Diretoria de Previdência e Atuária. Elaboração própria

## 4. SEÇÃO ADMINISTRATIVA

A presente seção traz informações referentes à área administrativa da PAULIPREV, englobando as informações sobre recursos humanos, compras, licitações e contratos, bem como o resumo das atividades jurídicas conduzidas na PAULIPREV nos meses de Maio/2019 e Junho/2019.

### 4.1. RECURSOS HUMANOS

A tabela 4.1.1. traz a relação atualizada do quadro de funcionários da PAULIPREV até o final do mês de Agosto/2019. De acordo com a Lei 3570/2017, existem 33 cargos efetivos criados para a composição do quadro de servidores da PAULIPREV.

TABELA 4.1.1.

#### Quadro de Pessoal – PAULIPREV

(atualizado até ago/2019)

Quadro de Pessoal da PAULIPREV					
CARGO	VAGAS	CARGOS OCUPADOS (A)	NOMEAÇÕES (B)	EXONERAÇÕES (C)	CARGOS ATUAIS (A+B-C)
Cargos previstos na Lei 3570/2017	AGENTE PREVIDENCIÁRIO	8	8		8
	ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	6	6		6
	ASSISTENTE SOCIAL	2	1		1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2	2		2
	CONTADOR	2	1		1
	ENFERMEIRO	2	1		1
	MÉDICO	3	2		2
	PROCURADOR AUTÁRQUICO	2	2		2
	CONTROLADOR INTERNO	2	2		2
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	2	2		2
	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2	1		1
TOTAL	33	28		28	
Funcionários Cedidos pela Prefeitura Municipal de Paulínia					
Diretor Presidente Eleito		1			
TOTAL	33	31			31

Entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, não houve nenhuma alteração em termos de nomeações ou exonerações no quadro de pessoal da PAULIPREV.

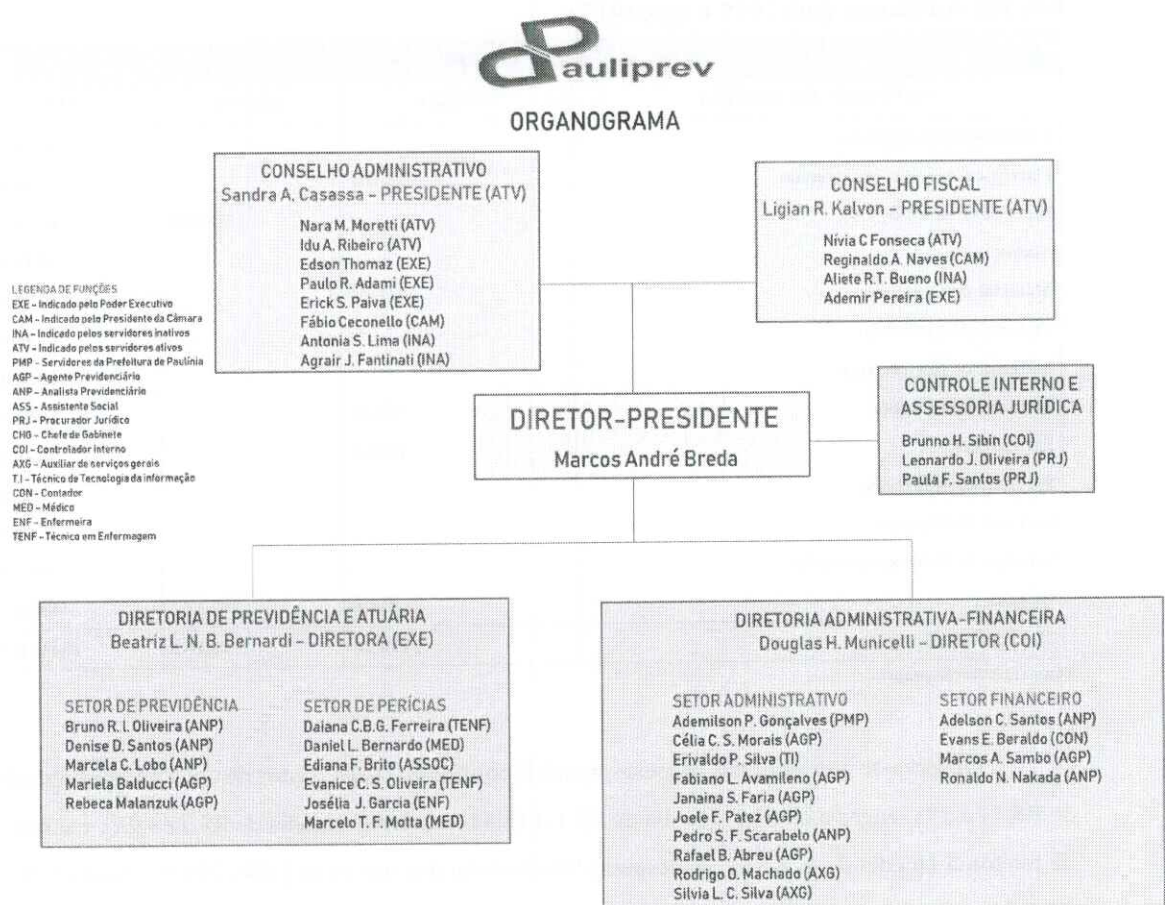


Assim, até o final de Junho/2019, a PAULIPREV conta com 31 servidores efetivos, sendo 28 oriundos do quadro de servidores da PAULIPREV, 02 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Paulínia e um 01 Diretor Presidente eleito pelos servidores públicos municipais.

O organograma da PAULIPREV discriminando a lotação de cada um dos servidores, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal eleitos e indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo pode ser observado no Quadro 4.1.2.

## QUADRO 4.1.2

### Organograma da PAULIPREV (atualizado até ago/2019)



Fonte: Elaboração Própria

## 4.2. COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para as despesas da PAULIPREV que se situam abaixo do limite de dispensa de licitações (R\$ 17.600,00), estabelecido pelo Decreto 9412/2018, que atualizou os valores definidos no art. 23, incisos I e II do *caput* da Lei 8.666/93, foram realizadas 16 operações de compras diretas nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019 conforme a tabela 4.2.1.

TABELA 4.2.1.

### Compras Diretas – PAULIPREV

Em R\$ correntes (jul/2019 e ago/2019)

Compras Diretas			
NATUREZA DA DESPESA	07/2019	08/2019	2019
Congressos/Assembleias			4111,29
Cursos e Capacitações Internas	350,00		2100,00
Licenças/Direito de Uso		15882,80	16155,80
Manutenção			5634,00
Material de Consumo	3000,00		5722,90
Material de Escritório			9491,05
Material de Informática			1570,89
Material de Limpeza	741,20		5702,90
Permanente	340,00		9561,12
Serviços de Impressão			755,00
Serviços de Limpeza			715,00
Serviços de Telecomunicações			1801,00
Viagens	3105,06	2002,82	41280,34
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7536,26</b>	<b>17885,62</b>	<b>104601,29</b>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que além das despesas mensais contínuas, como gastos de água e esgoto (média de R\$ 173,59), energia elétrica (média de R\$ 1.448,61), internet (média de R\$ 283,99) e serviços de telefonia (média de 478,96), as despesas totalizaram, nos meses de Julho/2019 e Agosto/2019, R\$ 7,53 mil e R\$ 17,8 mil, respectivamente.

Destacam-se, no mês de Julho/2019, as despesas com viagem para o Rio de Janeiro/RJ (R\$ 3.105,16), para assembleias de fundos em que a PAULIPREV é cotista (INCENTIVO MILTISSETORIAL). Além disso, houve despesas com a aquisição de alimentos para os servidores participantes de curso de capacitação de três dias (R\$ 3.000,00).

Em relação ao mês de Agosto/2019, destacam-se as despesas com a aquisição de 08 licenças para o uso de Pacote Office como forma de auxiliar os trabalhos realizados por servidores da PAULIPREV (R\$ 15.882,80).

TABELA 4.2.2.

## Contratos – PAULIPREV

## Classificação por valor total e valor mensal

## Em R\$ correntes (acumulado até ago/2019)

Valor global – Contratos em Andamento							
FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	ADITAMENTO	TÉRMINO	CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
Fac Locação E Desenvolvimento De Sistemas Ltda ME	Contratação De Prestação De Serviços De Fornecimento E Cessão De Direitos De Uso De Software	18/12/2014	3º Aditamento - 15/12/2017	17/12/2019	Carta Convite 11/2014	80.851,32	6.737,61
Banco Do Brasil	Custodia De Títulos Públicos	13/03/2015	5º Aditamento - 13/03/2019	13/03/2020	Convite 01/2015	18.000,00	1.500,00
Gap Consultoria	Sistema Informatizado Planejamento/Orcamento Execução Orcamentaria,	16/09/2015	3º Aditamento - 15/09/2018	14/09/2019	Convite 005/2015	73.000,04	6.083,34
Gap Consultoria	Consultoria E Assessoria Contábil	04/11/2015	3º Aditamento - 03/11/2018	03/11/2019	Convite 009/2015	63.565,19	5.297,10
Apoio Informática	Manutenção de Website – E-mail	26/05/2016	3º Aditamento - 26/05/2018	25/05/2019	Dispensa de Licitação	7.798,92	649,91
Grifon Brasil	Boletim de Publicações	01/12/2016	2º Aditamento - 01/12/2018	30/11/2019	Dispensa de Licitação	2.299,28	191,61
André Mateis Martins Bonilha	Locação de Imóvel - Sede PAULIPREV	17/02/2017		22/02/2022	Dispensa de Licitação		11.000,00
Quantum Finance	Contratação De Software - Gestão De Fundos	04/10/2017	1º Aditamento - 04/10/2018	03/10/2019	Dispensa de Licitação	8.208,24	684,02
Lusa Locadora	Locação - Veículos	18/04/2017	2º Aditamento - 19/04/2019	19/04/2020	Convite 001/2017	20.280,00	1.690,00
Prado E Barsi LTDA ME	Locação de Impressoras Multifuncionais	04/06/2018	2º Aditamento - 04/06/2019	04/06/2020	Pregão 01/2018	26.400,00	2.200,00
Soluções Equipamentos	Locação de Container	21/08/2018		20/08/2019	Dispensa de Licitação	3.360,00	280,00
A2 Works	Locação e Manutenção - Equipamentos De Informática	06/12/2018		06/12/2019	Pregão Presencial 05/2018	90.720,00	7.560,00
DD Clima	Manutenção - Ar Condicionado	03/01/2019		02/01/2020	Dispensa de Licitação	10.200,00	850,00
Allianz Seguros S/A	Seguro Predial	04/01/2019		04/01/2020	Dispensa de Licitação	2.786,23	232,19
Rodolfo Dorne & CIA LTDA	Manutenção do site da PAULIPREV	28/01/2019		28/02/2020	Dispensa de Licitação	4.920,00	410,00
T2 Cloud	Backup em Nuvem	01/02/2019		01/02/2020	Dispensa de Licitação	14.161,00	1.088,00
Zetrasoft	E-Consig	14/02/2019		14/02/2020	Dispensa de Licitação	Sem custo	Sem custo
Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial LTDA EPP	Avaliação Atuarial	30/04/2019		30/04/2020	Pregão 02/2019	19.900,00	1.658,33

A tabela 4.2.2 traz a relação de contratos em andamento, classificados de acordo com o valor total mensal, com as datas iniciais e finais, e com os aditamentos realizados.

TABELA 4.2.3.

**Contratos em Andamento – PAULIPREV****Classificação por valor estimado****Em R\$ correntes (acumulado até ago/2019)**

Valor Estimado - Em andamento							
FORNECEDOR	OBJETO	INÍCIO	ADITAMENTO	TÉRMINO	CONTRATAÇÃO	VALOR	
FIPE	Serviços de Consultoria - COMPREV	06/07/2017		06/12/2019	Inexigibilidade de Licitação	R\$ 5.246,00 por processo aprovado	
Correios	Correios	07/06/2018		07/06/2020	Dispensa de Licitação	Pagamento por serviços usados	
Instituto Totum	Certificado de Conformidade - Pró Gestão	12/02/2019		12/02/2022	Dispensa de Licitação	9.500,00	25% no ato e restante após certificações
Vivo	Vivo Móvel	07/01/2019		07/02/2020	Dispensa de Licitação	16.063,80	Valor estimado
Vivo	Vivo Fixo	07/01/2019		07/02/2020	Dispensa de Licitação	17.160,00	Valor estimado

Fonte: Elaboração própria

Por fim, a tabela 4.2.3 traz a relação de contratos cujo valor mensal é estimado. Para os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, os valores pagos foram da ordem de R\$ 207,6 mil e R\$ 38,8, respectivamente. O elevado valor pago no mês de Julho/2019 se refere aos serviços de compensação previdenciária realizado pela empresa FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS (aprovação de 39 processos de compensação previdenciária).

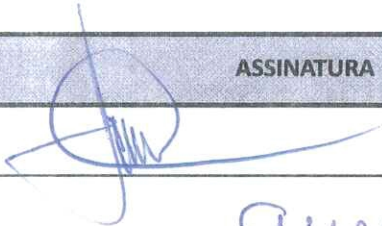

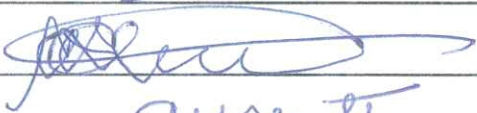
## 5. CONTROLE INTERNO

Entre os meses de Julho/2019 e Agosto/2019 foram realizadas as seguintes ações relacionadas ao controle interno:

- Realização do Relatório de Acompanhamento das Despesas sob Regime de Adiantamento para os meses de Julho/2019 e Agosto/2019, verificando a adequação das despesas, bem como a realização de apontamentos visando o aperfeiçoamento do processo;
- Acompanhamento das aplicações e resgates no período verificando enquadramento com a Resolução BACEN 3922 e Política de Investimentos;
- Acompanhamento do custeio administrativo, conforme Portaria 402 do Ministério da Previdência Social (402/2008) sendo que o custeio projetado atual para o ano 2019 (dados realizados até Agosto/2019 e dados projetados até o final do ano) é da ordem de 0,947%, atendendo ao enquadramento máximo de 2%;
- Elaboração de estudos do impacto financeiro associado à incorporação do abono sobre o salário base dos servidores municipais e o reflexo sobre as receitas e despesas da PAULIPREV;
- Análise de processo de não incidência de Imposto de Renda sobre verbas de caráter indenizatório;
- Análise de processos de revisão de cálculo de benefícios;

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**  
**18 de novembro de 2019 – 18 horas – PLENARINHO DA CÂMARA**

**Reunião Ordinária**

SEQ.	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO ROBERTO ADAMI	Ausente
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	Fabio Ceconello
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne Casassa
6	NARA MARTINS MORETTI	Nara Martins Moretti
7	IDU BALBINO RIBEIRO	Idu Balbino Ribeiro
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	AGRAIR DE JESUS FANTINATI	Ausente